

Agricultura, Alimentação e Desenvolvimento Rural na China

FABIANO ESCHER | SERGIO SCHNEIDER
ORGANIZADORES





**UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL**

Reitor

Carlos André Bulhões

Vice-Reitora

Patricia Helena Lucas Pranke

Pró-Reitor de Coordenação Acadêmica

Júlio Otávio Jardim Barcellos

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Luciane Delani

Conselho Editorial

Carlos Gustavo Tornquist

Henrique Carlos de Oliveira Castro

Janette Palma Fett

João Carlos Batista Santana

Luís Frederico Pinheiro Dick

Mônica Zielinsky

Otávio Bianchi

Sergio Roberto Kieling Franco

Simone Sarmento

Virgínia Pradelina da Silveira Fonseca

Luciane Delani, presidente

Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China

FABIANO ESCHER | SERGIO SCHNEIDER
ORGANIZADORES

© dos autores
1ª edição 2023

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa e projeto gráfico: Carla M. Luzzatto
Revisão: Fabiano Escher, Sergio Schneider e Regina Vargas
Tradução: Regina Vargas
Revisão da tradução: Fabiano Escher e Sergio Schneider
Editoração eletrônica: Fernando Piccinini Schmitt



A278 Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China [recurso eletrônico] / organizadores Fabiano Escher [e] Sergio Schneider. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2023.

462 p. : pdf

(Série Estudos Rurais)

1. Agricultura. 2. Sistema agroalimentar. 3. Alimentação. 4. Segurança alimentar. 5. Desenvolvimento rural – China. 6. Questão agroalimentar – China. I. Escher, Fabiano. II. Schneider, Sergio. III. Série.

CDU 338.43

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin– Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-65-5725-094-5

Capítulo 13 – Considerações finais

Especulações sobre o futuro da questão agroalimentar na China e suas repercussões para o Brasil e a América do Sul

Fabiano Escher
Sergio Schneider

Um balanço dos debates apresentados neste livro

Talvez os leitores deste livro tenham interesse em saber o que pensamos sobre o futuro da agricultura, da alimentação e do desenvolvimento rural em um mundo que terá a China como protagonista. Nesse sentido, endossamos a percepção de que o que a China escolher ou vier a ser terá influências e impactos decisivos sobre o restante do planeta. Ou seja: não haverá solução para as questões alimentares, climáticas e econômicas globais ligadas à agricultura e ao mundo rural sem a presença e a participação da China. A China é parte

da resposta para os problemas que o mundo enfrenta nos dias atuais. Mas é, também, parte do desafio em face de seu tamanho e dos efeitos que suas decisões podem gerar para acelerar as mudanças climáticas. É nesse quadro que estratégias de desenvolvimento rural do tipo “mais do mesmo” ou “*business as usual*” não servem.

Um exemplo dos impactos globais do modelo chinês de agricultura e alimentação pode ser extraído dos surtos de gripe suína africana. Em 3 de agosto de 2018, o Ministério da Agricultura e Assuntos Rurais (MARA) da China notificou a existência da doença em seus rebanhos e, em 2020, ela já estava espalhada por 32 províncias da China e alcançara outros dez países do Leste Asiático. Qualquer que seja sua origem, essa gripe proliferou-se rapidamente ao longo de 2018 e 2019, devastando entre 20 % e 40 % do rebanho de suínos da China (acima de 200 milhões de cabeças) (Dotson, 2020), que produz e consome mais de 50 % dos suínos do mundo. Como resultado, o nível de preços ao consumidor subiu de 0,7 %, em fevereiro de 2019, para 21,9 % no mesmo mês de 2020.

Outro exemplo de como o que acontece na China afeta o mundo todo é o caso da pandemia causada pelo coronavírus, Sars-Covid-19. Em dezembro de 2019 foi noticiado o surto do novo coronavírus na cidade de Wuhan. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declara a Covid-19 uma pandemia, que atinge praticamente todos os países do mundo. No início, apontou-se que o Coronavírus poderia ter se originado no mercado molhado de Wuhan, onde se vende alimentos frescos como frutas, legumes e verduras, ovos, porco, frango e frutos do mar (McCarthy; Chen, 2020). Mais tarde, estudos apontaram ser possível que a própria pecuária industrial esteja na origem do problema, haja vista os precedentes de grandes gripes causadas pelo modelo de confinamento de animais em larga escala (Wallace et al., 2020; Fiebrig; Bombardi; Nepomuceno, 2020).

De todo modo, os mercados molhados da China foram fechados para desinfecção e, posteriormente, reabertos sob a estrita proibição ao comércio de animais silvestres. O relatório da Missão Conjunta OMS-China afirmou que o país lançou o “esforço mais ambicioso, ágil e agressivo de contenção de doenças da história”, fenômeno que só está sendo possível graças ao papel central desempenhado pelo Estado chinês e à sua notável capacidade de “gestão planejada do imprevisível” (Ribeiro, 2020). Seja como for, o caso da pandemia da Covid-19, que eclodiu (ou foi identificada pela primeira vez) na China, acabou afetando o mundo todo.

No intuito de colocar luzes sobre alguns pontos e aspectos críticos que os autores apresentaram no livro sobre o futuro da agricultura, alimentação

e desenvolvimento rural na China, iniciamos este capítulo de considerações finais com algumas atualizações e apontamentos. Não se trata de questionar as avaliações e interpretações dos autores aqui traduzidos – eles são referência no tema. O que buscamos é problematizar suas ideias contrastando-as com as realidades atual e vindoura, uma vez que “as coisas têm mudado rapidamente”.

No primeiro capítulo do livro, Suisheng Zhao asseverou que o modelo social e econômico da China opera apenas seletivamente sob o acesso livre ao uso da terra, do trabalho e do capital. Concomitantemente, o Estado mantém forte controle sobre setores estratégicos, como serviços públicos, transporte, meios de comunicação, bancos e o sistema financeiro em geral. Pragmatismo, experimentação, aprendizado, inovação e construção contínua de capacidades estatais são ingredientes essenciais da variante chinesa do modelo de desenvolvimento do Leste Asiático.

A concepção ocidental do que seja uma democracia não é algo que possa ser facilmente generalizado para explicar o mundo oriental. Ato contínuo, qualificar o regime chinês de autoritário deixa muitas lacunas em aberto e não ajuda a entender o que está em jogo. Não obstante, é fato a expectativa de que, quanto mais a China se converta em uma potência mundial, o país seja capaz de fazer frente aos enormes desafios ambientais acumulados assim como ampliar as liberdades individuais e os direitos humanos. Ambos os processos permitiram incrementar as métricas de julgamento do que é, de fato, um país desenvolvido, para além de sua *performance* tecnológica e econômica. Ao revisitar o debate sobre o modelo chinês poucos anos depois, Zhao (2017) argumenta que, enquanto a fascinante história de desenvolvimento econômico encobriu o seu lado sombrio por um longo tempo, a redução das taxas de crescimento, a partir 2015, deixou clara para os líderes chineses a necessidade de transformar o modelo de crescimento. Desse modo, se a China conseguir concluir a transição nas duas frentes, o modelo chinês permanecerá; mas uma desaceleração sustentada ou uma década perdida poderá criar obstáculos à reprodução do modelo chinês. As preocupações de Zhao são, de um lado, com o endividamento crescente e retornos declinantes das empresas, o aumento da instabilidade financeira, as desigualdades renitentes e o aumento no número de greves. De outro, o autor destaca questões políticas relacionadas à recentralização do poder, à regressão nas regras de sucessão e ao culto à personalidade, que teriam ressurgido. As questões levantadas por Zhao sobre o modelo chinês foram subscritas por Holbig (2018), quem alertou que o discurso oficial não deve ser descartado como mera retórica, pois sinaliza uma mudança paradigmática nas normas de governança e reivindicações de legitimidade do regime. Segundo o autor,

na era Mao, a principal contradição da China estava na luta de classes entre os trabalhadores e a burguesia e, na era Deng, no desenvolvimento econômico para atender as crescentes necessidades do povo frente ao atraso das forças produtivas. No presente, a principal contradição da nova era liderada por Xi estaria, segundo Holbig (2018, p. 194) “entre o desenvolvimento desequilibrado e inadequado e as crescentes necessidades das pessoas de uma vida melhor”, que incluem “demandas por democracia, Estado de Direito, justiça, segurança e meio ambiente”, conceitos que “permanecem amplamente contestados na China hoje”.

Para além da concentração do poder nas mãos de um “homem forte”, da racionalização dos aparatos institucionais do Estado e da expansão do controle do partido sobre a vida social no âmbito doméstico, as mudanças ideológicas, constitucionais e organizacionais trazidas junto com a ascensão de Xi Jinping têm profundas implicações relacionadas a uma nova autoimagem chinesa emergindo no contexto global. A crise de liderança e o recuo americano parecem ter ampliado o escopo de ação na direção de redefinir as regras e normas do sistema internacional. A Iniciativa Cinturão e Rota (*Belt and Road Initiative* – BRI na sigla em inglês), inicialmente referida como a “Nova Rota da Seda” é a peça-chave do novo projeto econômico e geopolítico chinês.

Mas, como fica a agricultura, a alimentação e o desenvolvimento rural nesse quadro de redefinição do modelo chinês? As análises oferecidas nos capítulos escritos por Mindi Schneider, por Philip Huang, por Martin Hingley, Adam Lindgreen e Lam Chen, por Flemming Chistiansen e por Zhangyue Zhou não deixam dúvidas sobre a importância crucial dessas questões na estratégia de desenvolvimento e projeção global da China.

A contribuição de Philip Huang, exposta no quinto capítulo e posteriormente aprofundada em outros trabalhos (Huang, 2016, entre outros), é uma das mais ambiciosas tentativas de explicar as transformações e tendências em curso no sistema agroalimentar chinês. Para Huang, as mudanças no consumo de alimentos e na produção agrícola têm sido causa e efeito mútuos. Não obstante, a cadeia causal inicia do lado da demanda: o aumento da renda *per capita*, a urbanização acelerada e a afluência de uma nova classe média geram alterações nas dietas e hábitos alimentares de um padrão de consumo 8:1:1 para 4:3:3. Essas alterações estimulam mudanças do lado da oferta: a produção e a produtividade da “velha agricultura” (grãos e cereais, em geral produtos de baixo valor agregado) seguem crescendo, mas a “nova agricultura” (legumes, frutas, verduras e carnes, incluindo alimentos orgânicos ou ecológicos, em geral produtos de alto valor agregado) cresce a taxas

muito mais altas, embora isso não receba o devido destaque e valorização na política pública oficial – daí a tese de uma “revolução agrícola oculta”.

Contudo, fatores próprios do lado da oferta também contam: a menor taxa de natalidade após décadas de política do filho único fez diminuir a força de trabalho rural e o aumento do fluxo de migração circular e do emprego não agrícola dos camponeses fez aumentar a produtividade e a renda rural. Somados ao apoio estatal aos agronegócios e à urbanização, todos esses fatores confluem para a crescente integração da agropecuária pelo capital agroindustrial e o predomínio do grande varejo na distribuição alimentar.

Mas há controvérsias importantes entre os analistas, que precisam ser consideradas. Mindi Schneider, autora do quarto capítulo, analisa a “o aumento do consumo de carnes nas dietas” na China e critica “as narrativas de desenvolvimento rostowianas que equiparam esse aumento ao progresso” (Schneider, 2014, p. 616), usando como exemplo o conceito de “transição nutricional” que, de certo modo, informa a explicação de Philip Huang. Ao passo que Zhang (2019) critica o fator explicativo central da tese da “revolução agrícola oculta” – a transição nos padrões de consumo alimentar – por ser esta apenas uma causa “exógena”, quando as causas principais seriam de natureza “endógena” – o aumento nos preços dos arrendamentos da terra e nos custos de mão de obra.

Não obstante essas críticas iluminarem aspectos pouco ou nada explorados por Huang, elas, na verdade, atestam o acerto do autor no essencial. A análise de Huang demonstra que a lógica de deixar de produzir soja convencional na China e importar soja transgênica do Brasil, dos Estados Unidos e da Argentina está no fato de a oleaginosa importada usada para fabricar ração animal ser mais barata do que a produzida em casa, além de reduzir a pressão sobre o uso da terra, que pode ser dedicada a produtos de maior valor agregado ou grãos mais prioritários para a segurança alimentar do país (Huang, 2016). Não obstante, sua análise parece insuficiente por não conectar as transformações na produção agropecuária com o consumo alimentar da China e a internacionalização das empresas de agronegócio, nem desvendar as implicações e o significado da ascensão chinesa nas transformações do sistema agroalimentar global.

Estas questões, contudo, têm sido enfrentadas por outros autores, como Belesky e Lawrence (2019), que analisam a ascensão da China em um sistema agroalimentar global cada vez mais multipolar. Ao facilitar fusões e aquisições do agronegócio e novos fluxos Sul-Oriente e Sul-Sul do comércio, tecnologia e capital, a China é caracterizada como um capitalismo de Estado com uma estratégia neomercantilista no setor agroalimentar. Os autores afir-

mam que o atual regime alimentar vive uma transição ou interregno – um período de fluidez que separa a continuidade de regimes sucessivos – cujos contornos não podem ser entendidos sem reconhecer a importância das tendências postas pela China.

Philip McMichael (2020), um dos fundadores da influente abordagem dos regimes alimentares, também analisa o momento atual de desordem internacional com foco no que faz a China. A análise de McMichael se detém na BRI (*Belt and Road Initiative*) e explora como a China está lidando com a estratégia de “going out” em relação à transição do regime alimentar internacional. Sua conclusão é que, apesar do notável desempenho da China, ainda é prematuro afirmar se e quando o país asiático se tornará uma nova potência hegemônica, prefigurando uma nova ordem mundial e, por conseguinte, um novo regime alimentar. Nesse contexto, a dinâmica do complexo soja-carne Brasil-China é crucial não somente para compreender a questão agroalimentar chinesa em face do atual contencioso comercial com os Estados Unidos, como também para esboçar perspectivas sobre o regime alimentar em transição.

Por fim, no que se refere ao caráter das dinâmicas recentes do desenvolvimento rural na China e às disputas pelo futuro que se avizinha, os trabalhos de Ye, de Huang, Yuan e Peng, de Zhang, de Si e Scott e de Jan Douwe van der Ploeg lançam múltiplas luzes sobre esse tema. Novamente, as contribuições, tão originais como polêmicas, de Philip Huang e colegas estão no centro do debate. Huang, Yuan e Peng, contrapondo-se aos neoclássicos e marxistas, defendem a tese chayanoviana de que no desenvolvimento rural chinês predomina uma dinâmica caracterizada como “capitalização sem proletarização”. Segundo os autores, a agricultura chinesa tem experimentado um visível acréscimo na razão entre unidade de capital por unidade de terra e trabalho na forma de insumos, máquinas e outros meios de produção, levando ao aumento geral da produtividade, sem implicar no aumento do assalariamento e da classe operária. Estaria ocorrendo uma “revolução agrícola oculta”, em que a força de trabalho empregada é formada majoritariamente pelos próprios membros das famílias camponesas e apenas uma minoria seria de trabalhadores assalariados (menos de 10 % do total). Assim, o “proletariado agrícola” é comparativamente muito menor do que em diversos outros países que possuem agriculturas tipicamente capitalistas.

Esse paradoxo é explicado pela redução da força de trabalho rural total, que resulta da menor taxa de fertilidade e do processo de urbanização acelerada do país, combinada com o aumento das atividades e rendas não agrícolas no interior das unidades familiares rurais. Na China rural, a renda

agrícola é cada vez mais complementar, ao passo que a renda principal provém de atividades não agrícolas realizadas por membros que residem no domicílio familiar, mas trabalham em vilas próximas à aldeia, ou que residem em grandes cidades distantes onde atuam como trabalhadores migrantes e remetem dinheiro para ajudar na subsistência da casa. Depois de alguns anos trabalhando e vivendo fora, eles voltam com algum patrimônio para investir na própria produção agropecuária ou em pequenos negócios na aldeia. Segundo os autores, esta relação circular entre rural-urbano está profundamente enraizada e institucionalizada na China, via o sistema de responsabilidade familiar (SRF) e o sistema de registro residencial (*hukou*).

As análises de Jan Douwe van der Ploeg, no capítulo doze, e os trabalhos de Jingzhong Ye (Ploeg; Ye, 2016) que assina o capítulo oito, subscrevem esta interpretação. Para esses autores, o crescimento da produtividade, liderado pelos camponeses, deve-se mais à intensificação impulsionada por investimentos em trabalho via tecnologias orientadas a habilidades do que a investimentos em capital para a aquisição de insumos e tecnologias externas. Através de investimentos em trabalho (melhoria da fertilidade do solo, terraços, edifícios, cercas, canais de irrigação, sistemas de drenagem, proteção antierosão, nivelamento, moinhos, estufas, raças melhoradas, rebanhos etc.), os camponeses aumentam o valor de sua base de recursos, permitindo a introdução de esquemas de cultivo e criação mais intensivos e de maior rendimento, produtos com maior valor agregado, novas formas artesanais de processamento de alimentos e novas estratégias de comercialização.

Apesar de seus méritos, as interpretações chayanovianas são criticadas por autores marxistas. Xu, por exemplo, contesta a tese da capitalização sem proletarização, utilizando estimativas com base nas mesmas fontes de Huang, porém usando dados atualizados (Xu, 2017). Ele mostra que, se em 2009 o percentual de trabalhadores assalariados no total da força de trabalho agrícola chinesa era, de fato, cerca de 8 %, em 2014 já alcançava 16 %, o que evidenciaria um verdadeiro processo de “capitalização com proletarização”. Já para Qian F. Zhang estaria em andamento um forte processo de diferenciação de classe, com a formação de cinco novas frações – uma de empregadores capitalistas que, apesar de ele não aprofundar, parece ser justamente contraparte da crescente proletarização evidenciada por Xu, e outras quatro cuja diferenciação se deve às distintas formas de mercantilização da terra, do trabalho e dos meios de produção e consumo. Em um ou outro caso, a principal crítica dos marxistas é que os autores chayanovianos concebem o campesinato como uma classe indiferenciada e com interesses homogêneos, negligenciando o visível desenvolvimento do capitalismo na agricultura chinesa.

Em meio a essa controvérsia, duas ponderações merecem destaque. Primeiro, a crítica dos marxistas de que os chayanovianos negligenciam a heterogeneidade do campesinato não é totalmente justa. Por um lado, o próprio Chayanov (2017) caracterizava a existência de diversos segmentos de classe ou tipos sociais na agricultura russa dos anos 1920 (*kulaks* capitalistas, empresários rurais, agricultores familiares comerciais, camponeses exclusivamente agrícolas, camponeses que vendem força de trabalho e proletários rurais). Seu argumento era que, com a vitória da revolução, o primeiro tipo tenderia a desaparecer por não se adaptar ao processo geral de cooperativização rural – por ele apregoado e apoiado por Lenin em seus derradeiros escritos –, com isso, desapareceriam as condições de existência do quinto e do sexto tipos, enquanto os demais tipos tenderiam a convergir para variações do tipo três que, afinal, já era a fração predominante dentro das cooperativas e na totalidade das unidades produtivas. Por outro lado, tanto Huang quanto Ploeg atribuem grande destaque à heterogeneidade da agricultura familiar na China. Ploeg e Ye (2016) analisam três formas sociais de produção na agricultura chinesa: agricultura capitalista, agricultura familiar empresarial e agricultura familiar camponesa. Segundo eles, um desenvolvimento rural com base na forma capitalista seria danoso para o futuro da China.

Mais recentemente, Jin Zhang (2019) argumentou convincentemente que existem duas trajetórias simultâneas de mudança agrária para o futuro da China rural. Por um lado, novos agentes estariam surgindo, como empresas cabeça de dragão que dominam diversas etapas das cadeias produtivas, agricultores capitalistas de larga escala, cooperativas de fachada, montadas por agronegócios para captar benefícios do Estado e cooperativas camponesas autônomas, tal como as apoiadas pelo NMRR estudado por Si e Scott, no capítulo onze. Por outro lado, as famílias camponesas estariam ajustando as suas formas de produção e estratégias de reprodução para se acomodarem aos novos mercados e condições socioeconômicas, eventualmente estabelecendo relações com esses novos atores do agro. Para entender a direção das mudanças, no entanto, é preciso prestar atenção à interação entre as duas trajetórias. As disputas em torno do significado da Estratégia de Revitalização Rural, que o governo chinês recentemente implantou, constituem o campo ou espaço no qual será definido o caráter das dinâmicas do desenvolvimento rural na “nova era” da China rural.

Todos esses debates, entretanto, encontram-se circunscritos a inúmeras incertezas e instabilidades que estão relacionadas a três processos vindouros: o primeiro se refere ao desenrolar da crise do Coronavírus (Brown; Wang, 2020); o segundo tem a ver com o alcance e a profundidade da guerra co-

mercial entre a China e os Estados Unidos (SCMP Reporters, 2020); e, por fim, o terceiro se refere aos realinhamentos políticos que podem ocorrer ao redor do mundo, como uma aliança entre a China e a Rússia (Duarte, 2020).

Previsões sempre são arriscadas! Mas uma controvérsia recente que tomou as páginas da revista norte-americana *Foreign Affairs* vale ser considerada para dar uma ideia do que esperar do futuro cenário global. Campbell e Doshi (2020) argumentam que a crise do Coronavírus pode remodelar a ordem global, com a China manobrando em busca de maior liderança internacional na medida em que os Estados Unidos vacilam em coordenar uma resposta a essa crise multidimensional. Para Haas (2020), porém, se é verdade que os Estados Unidos já vinham perdendo liderança desde antes da crise da Covid-19, a pandemia deve acelerar a história ao invés de remodelá-la, embora nem a China nem qualquer outro país do mundo tenham o desejo ou a habilidade para preencher de imediato o vazio de liderança que se configura com os vacilos americanos.

Não obstante, tanto do lado americano como do lado chinês, já se fala abertamente da possibilidade de uma “Nova Guerra Fria” ou uma “Guerra Fria 2.0”.¹ Nesse cenário, o alinhamento automático e subserviente do governo Bolsonaro aos Estados Unidos de Trump e a condução irresponsável das relações com a China, em que um filho do presidente e dois ministros protagonizaram um imbróglcio diplomático gratuito e desnecessário, podem acarretar danos para a economia brasileira no pós-Covid-19 e à construção de uma visão estratégica de longo prazo voltada para a Ásia (Ibañez, 2020).

Por sorte ou azar, desde a eleição de Joe Biden nos Estados Unidos, as peças desse tabuleiro se moveram. O governo do Brasil perdeu sua principal referência de adoração e o conflito comercial Estados Unidos x China se deslocou para uma querela Estados Unidos/OTAN com a Rússia. Como a realidade é dinâmica e o mundo muda muito rapidamente, esses são fatos que ocorrem no momento em que escrevemos estas linhas. É tudo o que se pode dizer para não errar nas previsões!

Algumas questões candentes

Ascensão internacional: o sentido da Iniciativa Cinturão e Rota

Em setembro de 2013, o presidente Xi Jinping propôs, durante seu discurso na Universidade de Nazarbayev, no Cazaquistão, que as nações da

¹ Ver, entre outros, Heer (2020) e Yao (2020).

Eurásia construíssem conjuntamente o “Cinturão Econômico da Rota da Seda”. Em outubro do mesmo ano, ao se dirigir ao Parlamento da Indonésia, ele sugeriu que as nações do Sudeste Asiático se esforçassem em conjunto para construir a “Rota Marítima da Seda do Século XXI”. Centenas de anos após o declínio da antiga “Rota da Seda”, descrita nos famosos relatos de Marco Polo, a noção de “Nova Rota da Seda”, posteriormente rebatizada “Iniciativa Cinturão e Rota” (*Belt and Road Initiative* – BRI), foi ganhando força e se expandindo para incluir diversos países relevantes na Ásia, Europa, África, Oceania e até América Latina, somando hoje 125 no total. Desde então, BRI tornou-se um assunto muito debatido entre analistas, acadêmicos e políticos, especialmente no campo das relações internacionais. No 19º Congresso Nacional do PCC, realizado em outubro de 2017, o relatório político de Xi Jinping enfatizou a centralidade da BRI, a qual foi incorporada à nova Constituição do PCC, tornando-se um pilar da diplomacia e da cooperação internacional chinesa na “nova era” (Lei, 2019). Mas, afinal, o que é a Iniciativa Cinturão e Rota e qual é o seu sentido?

Objetivamente, a BRI (Figura 1) é um grande “guarda-chuva” que abriga inúmeros projetos de investimento para a construção de infraestruturas de transporte e comunicação (redes de ferrovias, estradas e fibra ótica) e de produção e distribuição de energia (hidrelétricas, gasodutos e oleodutos). O Cinturão Econômico da Rota da Seda concentra-se em três rotas principais: a rota norte, da China para a Europa através da Ásia Central e da Rússia; a rota central, da China para o Golfo Pérsico e o Mar Mediterrâneo, passando pela Ásia Central e Oeste da Ásia; e a rota sul, da China para o Sudeste Asiático, Sul da Ásia e Oceano Índico. Já a Rota Marítima da Seda do Século XXI tem duas rotas principais: da costa da China para a Europa, através do Mar da China Meridional e do Oceano Índico; e da costa da China, através do Mar da China Meridional, para o Pacífico Sul. Conforme se observa na Figura 1, ao longo dessas rotas constituem-se seis grandes “corredores econômicos”: Ponte Terrestre da Eurásia, Corredor China-Mongólia-Rússia, Corredor China-Ásia Central-Ásia Ocidental, Corredor China-Península da Indochina, Corredor China-Paquistão-Bangladesh e Corredor China-Índia-Myanmar (Lei, 2019).

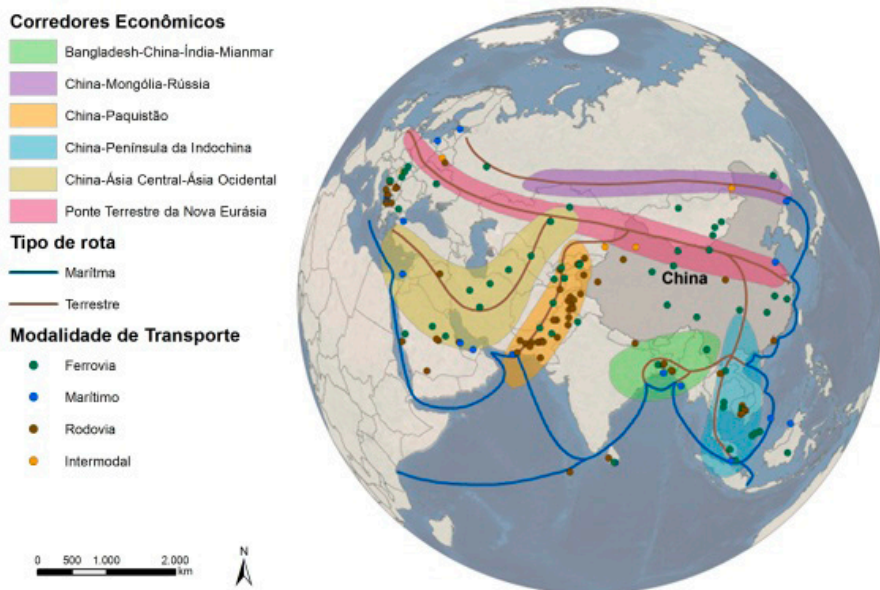


Figura 1. Corredores econômicos e projetos de infraestrutura da BRI.

Fonte: Observatório de Cooperação Internacional. Ippri.ri.pucminas.br/OCI/Biblioteca/Mapa/52.
Agradecimento a Javier Vadell pela disponibilização do mapa.

Hu Angang, professor da Universidade de Tsinghua, acredita que a BRI configura a integração estratégica de um amplo conjunto de ideias e interesses da China sobre desenvolvimento econômico doméstico, estabilização de tensões na região oeste, segurança nacional, relações econômicas internacionais e liderança geopolítica (Lei, 2019). Do ponto de vista externo, os projetos da BRI são motivados, economicamente, pela abertura de novos mercados, geração de demanda por produtos de alto valor agregado e criação de indústrias globalmente competitivas; e, politicamente, pela intenção de mitigar desafios de segurança em regiões instáveis e evitar estrangulamentos marítimos nos estreitos de Malaca, Sunda e Lombok, todos controlados pelos Estados Unidos. Do ponto de vista doméstico, a BRI representa a assinatura de Xi na política externa e a personificação concreta do seu *slogan* “Sonho Chinês”. Por isso, é dotada de enorme capacidade de mobilização política e coordenação de recursos, sobretudo através do Pequeno Grupo de Liderança para o avanço do desenvolvimento da Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI LSG), da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC), dos Ministérios das Relações Exteriores (MFA) e do Comércio

(Mofcom), e dos governos provinciais, seja nas regiões mais pobres a Oeste (Xinjiang e Tibet) e Sudoeste (Yunnan e Guangxi) ou nas regiões mais ricas da Costa Leste (Guangdong e Fujian), bem como das empresas estatais que atuam na ponta e dos bancos públicos que financiam os projetos da BRI.² Ademais, para garantir que a visão do líder sobre a BRI seja implementada com êxito, o partido-Estado estabelece mecanismos de controle para gerenciar críticas e dissidências domésticas através de restrições de acesso a certas páginas da Internet e de orientações para que os acadêmicos sigam a linha do partido, buscando moldar o discurso oficial a fim de oferecer uma imagem mais favorável da China internacionalmente (He, 2019).

No entanto, essa arquitetura institucional complexa da BRI evidencia que, apesar das capacidades estatais fabulosas e da enorme centralização do poder em torno do líder, o Estado chinês não é o ente monolítico que às vezes se imagina. Sem adentrar nas relações de classe subjacentes (Nogueira; Qi, 2018), é notável que o Estado chinês se encontra fragmentado em diversos grupos de interesse que compõem o governo nacional, as empresas estatais, os bancos públicos e os governos provinciais e locais. A BRI, portanto, parece-se mais com uma campanha de mobilização política do que com uma política pública coerente que articula programas em torno de uma diretriz clara. Isso intensifica a fragmentação, pois as agências e atores que operam a BRI interpretam e implementam essa “grande estratégia” por meio de projetos e programas específicos que atendem a seus interesses econômicos. Desse modo, o crescimento econômico está sendo revivido nas localidades, mas a reestruturação e o reequilíbrio do modelo econômico chinês são adiados, o que demonstra existirem lacunas entre a retórica da BRI e a sua implementação na prática (Ye, M., 2019).

Estruturalmente, com a visão de integrar mais de 65 % da população e de 1/3 do PIB mundial, o objetivo máximo da BRI é, sem dúvida, reposicionar a China como um dos atores dominantes na nova ordem econômica e política mundial. Alguns formadores de opinião, analistas e acadêmicos traçam uma analogia histórica entre a BRI da China para a Eurásia e outras regiões do globo no século XXI e o Plano Marshall dos Estados Unidos para a reconstrução da Europa no pós-Segunda Guerra. Embora o governo e a mídia da China rejeitem tal analogia, ela não é totalmente destituída de razão. Assim como o Plano Marshall, no passado, a lógica da BRI hoje inclui a preocupação com problemas semelhantes de externalizar a absorção da

² Principalmente o China Development Bank e o Export-Import Bank of China, além dos Silk Road Fund, do Asian Infrastructure Investment Bank e do BRICS New Development Bank (Vadell, 2019).

sobrecapacidade interna, ampliar as redes regionais e globais de comércio e investimento para assegurar a exportação de manufaturas e a importação de energia, alimentos e matérias-primas, criar canais para aumentar o uso internacional de sua moeda e reequilibrar as relações de poder através de alianças econômicas e de segurança nas regiões da Eurásia e do Pacífico Asiático.

Assim, a BRI pode ser compreendida como uma maneira de redirecionar a capacidade produtiva e o capital doméstico excedentes da China para desenvolver a infraestrutura regional e global no intuito de manter a produção industrial pujante, o desemprego baixo e o crescimento econômico relativamente alto, abrindo novos mercados para bens e serviços chineses e fortalecendo as relações políticas da China com o Sudeste Asiático, a Ásia Central, o Oriente Médio, a África, a Europa e eventualmente a América Latina. Por isso, embora a BRI prometa “oportunidades compartilhadas”, “resultados ganha-ganha” e “benefícios mútuos”, os Estados Unidos e seus aliados entre os países desenvolvidos sentem a sua posição hegemônica ameaçada pela ascensão chinesa e os países em desenvolvimento temem cair na “armadilha do endividamento” e serem submetidos a um novo tipo de dependência colonial ou imperialista, talvez ainda pior do que a norte-americana (Li, 2019; Stallings, 2020). Se é certo que os danos econômicos provocados pela crise do Coronavírus exigirão esforços massivos de reconstrução, especialmente nos países em desenvolvimento, é difícil dizer se a BRI sairá mais forte desse contexto (Guppy, 2020) ou se será vista com maior desconfiança (Tonchev, 2020).

Seja como for, teoricamente, a economia política permite explorar pelo menos três hipóteses relevantes para interpretar o sentido da BRI.³ A abordagem neo-gramsciana questiona em que medida a transição do modelo econômico interno e a reestruturação da divisão internacional do trabalho refletem um reposicionamento estratégico mais proativo da China, que, ao consolidar a BRI, deixaria de ser um seguidor de regras para se tornar um regulador de regras por meio da expansão do seu capital no exterior, da terceirização da sua produção e da extensão global do seu poderio financeiro, a fim de construir um novo bloco histórico mundial sob sua hegemonia. A teoria do Sistema Mundo interpela se é possível que a ascensão da China esteja inaugurando um novo ciclo sistêmico de acumulação de riqueza e poder no sistema mundial capitalista, o quanto isso alteraria as relações de desigualdade entre as nações dentro do sistema e se a BRI estaria abrindo espaços de manobra e oportunizando um desenvolvimento a convite para que países

³ Ver Li (2019), capítulo 2, para uma análise detida dessas hipóteses.

e regiões da periferia pudessem experimentar uma mobilidade ascendente. Finalmente, os que revisitam o debate entre Kautsky e Lenin sobre a natureza do imperialismo indagam até que ponto a BRI pode ser vista como exemplo da participação da China na formação de um cartel em parceria com capital transnacional para explorar conjuntamente o resto do mundo, ou da expansão e intensificação da competição entre as grandes potências que levaria a conflitos crônicos e até guerras.

Essas teorias aportam perguntas cruciais e indicam tendências importantes. Mas seria imprudente apostar muito alto em previsões diante de uma realidade tão incerta. Só o tempo e a observação atenta da realidade nos permitirão obter respostas adequadas.

Questão agroalimentar: a dinâmica do complexo soja-carne Brasil-China

Apesar de os destinos da nova ordem mundial e do regime alimentar estarem prenhes de incertezas, algumas transformações e tendências recentes do sistema agroalimentar global, como a evolução do complexo soja-carne Brasil-China, sinalizam perspectivas do que se pode esperar do futuro. Formado no início dos anos 2000, através de relações comerciais, e consolidado após a crise global de 2008, por meio de uma série de investimentos, o complexo soja-carne Brasil-China experimenta uma dinâmica ascendente no rastro da guerra comercial entre Estados Unidos e China.

Em nossa visão, esse complexo comercial representa uma força de mudança rumo ao reordenamento multipolar do regime alimentar internacional, impulsionado pelos interesses das corporações do agronegócio, da indústria alimentícia e da agricultura capitalista desses países, bem como dos seus Estados nacionais, em uma direção Sul-Oriente, desafiando o poder estabelecido das grandes corporações transnacionais do Atlântico Norte.⁴ Friedmann (1991) introduziu a noção de “complexos transnacionais de mercadorias agroalimentares” para analisar a agricultura de exportação na transição do primeiro para o segundo regime alimentar. O advento dos padrões “fordistas” de produção e consumo de massa nos países desenvolvidos e a difusão do modelo de agricultura industrial moderna pelo paradigma tecnológico da “revolução verde” nos países em desenvolvimento consolidaram grandes complexos agroindustriais para grãos (trigo e milho), alimentos duráveis (oleaginosas, rações, carnes) e produtos tropicais (banana, café, cacau) em nível global. Além de incluir o complexo agroenergético (madeira,

⁴ Ver, entre outros, Escher, Schneider e Ye (2018), Escher e Wilkinson (2019) e Escher (2020).

cana-de-açúcar, palma) nessa lista, McMichael (2020) também demonstrou que o mercado mundial está, na verdade, articulado através de distintos “polos de importação” e “polos de exportação” de um conjunto de *commodities*, enfatizando a ascensão das corporações do agronegócio como atores dominantes. Weis (2013), por sua vez, ofereceu uma contribuição crucial com a noção de “complexo agroindustrial grãos-oleaginosas-pecuária”. Por meio da mecanização, das economias de escala, da intensificação, da simplificação biológica e da padronização, as paisagens agroalimentares ao redor do mundo podem cada vez mais ser comparadas a “ilhas de animais concentrados em mares de monoculturas”, nos quais os ambientes naturais preexistentes são desarticulados e posteriormente rearticulados por uma série de tecnologias e insumos (sementes transgênicas, fertilizantes e agrotóxicos, rações, hormônios e antibióticos) que circulam pelo mercado mundial sob o controle das grandes corporações transnacionais do agronegócio e do setor agroalimentar.

Desnecessário repetir Mindi Schneider e Philip Huang em suas análises sobre as transformações da produção pecuária, do esmagamento de soja, da fabricação de rações e do processamento de carnes na China sob o comando das empresas cabeça de dragão; nem Flemming Christiansen sobre as mudanças na política de segurança alimentar com a liberalização das importações de soja para suprir o espetacular aumento da demanda. Não obstante, é preciso examinar as implicações da participação crescente da China na dinâmica do mercado agrícola mundial. Nesse intuito, a Tabela 1 a seguir mostra dados sobre produção e comércio internacional de soja entre os anos agrícolas de 2007/2008 e 2019/2020, com destaque para a China, do lado da demanda, que sozinha importa quase 60 % de toda a soja comercializada internacionalmente, e para o Brasil, os Estados Unidos e a Argentina, do lado da oferta, que juntos exportam quase 90 % desse total.⁵

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, 2020) mostra que a produção mundial de soja na safra 2019/20 alcançou quase 340 milhões de toneladas e que aproximadamente 44 % de toda essa produção foram comercializados no mercado mundial. Os Estados Unidos, maior produtor mundial de soja até 2016, com 33,57 % do total, hoje é o segundo maior, com 28,50 %. Nas exportações de soja, o país também era o maior do mundo até 2011, com 40,34 % do total, e hoje ocupa a segunda posição, com 32,34 %. A Argentina se mantém em terceiro lugar, tanto na produção

⁵ Além da soja, os chineses discutem se seria melhor estratégia liberalizar o mercado de milho a fim de baratear a produção de rações, atingindo virtual autossuficiência em carnes, ou importar uma parte maior das carnes para atender o consumo, mantendo os produtores de milho protegidos (Huang et al., 2017).

mundial, que de 20,96 % em 2007 vai para 15,64 % em 2019, como na exportação, que vai de 14,98 % para 5,35 %. O país, entretanto, esmaga mais de 80 % de toda a sua produção e exporta mais de 70 % desse total, que representa 45,79 % de todo o farelo de soja comercializado no mercado mundial em 2019, enquanto o Brasil exporta 23,48 % e os Estados Unidos 18,17 %.⁶ O grande destaque nesse cenário, claro, é o Brasil, que ultrapassou os Estados Unidos na exportação de soja em 2011 e na produção em 2016, hoje ocupando a primeira posição mundial, com 36,28 % da produção e 51,20 % das exportações.

Tabela 1

Produção e comércio internacional de soja em grãos, 2007/08-2019/20

Ano Agrícola	Mundo		China		EUA		Brasil		Argentina	
	Prod.	Exp.	Prod.	Imp.	Prod.	Exp.	Prod.	Exp.	Prod.	Exp.
2007/08	220.469	78.774	13.400	37.816	72.859	31.538	61.000	24.515	46.200	11.803
2008/09	211.960	76.845	15.540	41.098	80.749	34.817	57.800	28.041	32.000	3.486
2009/10	260.854	92.550	14.980	50.338	91.470	40.798	69.000	29.188	54.500	13.701
2010/11	264.180	92.420	15.100	52.339	90.663	40.959	75.300	33.789	49.000	10.389
2011/12	240.427	92.186	14.485	59.231	84.291	37.186	66.500	31.905	40.100	6.098
2012/13	268.824	100.802	13.050	59.865	82.791	36.129	82.000	42.826	49.300	7.817
2013/14	283.115	112.769	12.200	70.364	91.363	44.594	86.700	45.747	53.400	7.434
2014/15	319.001	125.962	12.350	78.350	106.905	50.136	97.200	54.635	61.450	11.670
2015/16	315.897	132.232	12.367	83.230	106.869	52.869	96.500	52.100	58.800	9.046
2016/17	348.298	146.933	13.596	93.495	116.931	58.963	114.600	68.807	55.000	7.247
2017/18	341.744	153.076	15.283	94.095	120.065	58.071	122.000	83.729	37.800	3.841
2018/19	360.257	148.300	15.967	82.540	120.515	47.564	119.000	73.445	55.300	10.275
2019/20	338.971	153.976	17.100	85.000	96.263	48.308	123.000	76.500	53.000	8.000

Fonte: elaborado pelos autores com base em dados do USDA (2020).

No sentido inverso, de acordo com a Administração Geral de Alfândegas da República Popular da China (GACC, 2020), do total das importações chinesas de soja em 2019, que totalizaram um valor de US\$ 35,4 bilhões (US\$ 2,7 bilhões a menos que no ano anterior), 65 % foram comprados do Brasil, 19 % dos Estados Unidos, 10 % da Argentina e 6 % de outros países.

⁶ Com uma estratégia de agregar valor as suas exportações de soja, a Argentina possui cerca de 16 % da capacidade de esmagamento de soja do mundo, a mesma do Brasil, ficando atrás apenas da China e dos Estados Unidos, que possuem 29 % e 19 % dessa capacidade, respectivamente (Oliveira; Schneider, 2016).

Entre 2013, quando se tornou o maior fornecedor de soja para a China, e 2019, último ano com dados consolidados, o Brasil proveu, em média, 55 % do total das importações chinesas, enquanto a média dos Estados Unidos foi de 32 % e, da Argentina, de 8 %. Importante frisar, contudo, que a média norte-americana era de 37 % até 2018, quando começou a sofrer os impactos da guerra comercial. De qualquer maneira, os números demonstram a inegável centralidade da soja brasileira no complexo de rações e carnes da China e no comércio agrícola internacional como um todo.

No entanto, uma grande preocupação dos chineses é a dependência em relação às *traders* transnacionais de *commodities* agrícolas do Atlântico Norte, como as estadunidenses ADM, Bunge e Cargill e a francesa Louis Dreyfus (ABCD), e da Ásia, como a Noble e a Wilmar, de Singapura, e a Olam, de Hong Kong (NOW), além das japonesas Mitsui, Itochu e Marubeni (Escher; Wilkinson; Pereira, 2018). Com a “crise da soja de 2004”, quando muitas processadoras chinesas faliram ao perderem na justiça uma contenda comercial com seus fornecedores estrangeiros, as grandes *traders* conseguiram adquirir ativos de seus devedores, chegando a dominar 80 % do esmagamento e 60 % do refino de soja na China. Mas, em 2007, o governo chinês promulgou uma lei proibindo estrangeiros de estabelecer novos moinhos e, já em 2010, menos de 40 % do esmagamento era controlado por transnacionais, a maior parte em parceria com firmas chinesas (Oliveira; Schneider, 2016). Mais do que isso, o governo começou a promover uma política de internacionalização das empresas de agronegócio chinesas, a chamada “*going out strategy*”. Através dessa política, o Estado chinês passou a apoiar empresas a investirem em terras e recursos agrícolas, montar operações de processamento, construir capacidades logísticas, cooperar com outras transnacionais e adquirir firmas estrangeiras, a fim de expandir o alcance global das empresas estatais e privadas do país, visando tanto garantir a sua segurança alimentar através do controle do acesso a recursos naturais no exterior como entrar em mercados lucrativos através da exportação de capitais, externalizando a absorção de capacidade excedente doméstica (Escher; Wilkinson; Pereira, 2018; Oliveira, 2017; McKay et al., 2017; Fares, 2019).

Após negócios pouco exitosos via investimentos *greenfield* na compra de terras para o cultivo direto no Brasil, observa-se uma mudança no comportamento estratégico das empresas chinesas, que passam a priorizar operações *brownfield* de fusão e aquisição de ativos de firmas de agronegócio com o objetivo precípua de controlar as cadeias de valor de determinadas *commodities* em regiões-chave – como a soja no Mato Grosso – inclusive adquirindo ou construindo infraestruturas de logística, transporte e armazenagem.

Na dianteira desse processo está a estatal China National Cereals, Oils and Foodstuffs Corporation (Cofco), maior produtora e esmagadora de soja, refinadora de óleo, processadora de alimentos e *trader* agrícola da China.⁷ O passo decisivo foi dado em 2014, quando a Cofco adquiriu a holandesa Nidera e a singapurana Noble, ambas com operações em larga escala no Brasil e em outros países do Cone Sul, principalmente Argentina e Paraguai, mas também no Uruguai. Já é comum até se falar das “*Big Five*” em vez das “*Big Four*”, ou das ABCCD em vez das ABCD, onde o segundo C se refere a Cofco, que hoje é a quinta maior exportadora de soja do Brasil e da região e pretende alcançar um poder de mercado ainda maior nos próximos anos.⁸ A Cofco possui 22 silos no Brasil, 14 na Argentina, sete no Paraguai e sete no Uruguai, além de dez terminais portuários nos quatro países. Assim como as concorrentes, a empresa persegue uma estratégia de verticalização e controle de todos os elos da cadeia de valor, incluindo produção e venda de insumos, financiamento dos produtores, oferta de assistência técnica, compra da produção agrícola, industrialização, transporte e distribuição. Seguramente a Cofco está na direção de se consolidar como uma das maiores *traders* globais e, por sua posição estratégica no complexo soja-carne Brasil-China, será um ator-chave do eventual reordenamento multipolar e policêntrico do regime alimentar.⁹

Um processo de tal envergadura obviamente não depende de apenas uma empresa, por mais poderosa que seja. Se a ambição chinesa como polo importador é, através da parceria brasileira, controlar as cadeias de valor das principais *commodities* agroalimentares globais desde o território do principal polo exportador, a construção de infraestruturas relacionadas e a provisão de fontes de financiamento para este fim são condições *sine qua non*. Quanto às infraestruturas, cabe mencionar a aquisição de dois novos armazéns e a construção de mais um em municípios do Mato Grosso pela Cofco, a cons-

⁷ A COFCO é a principal transnacional chinesa de agronegócio a jusante, enquanto a ChemChina é a principal a montante, ambas controladas pela Sasac (State-owned Assets Supervision and Administration Commission of the State Council) (Fares, 2019). Depois da Cofco, as maiores firmas no mercado de soja chinês são a Wilmar, as estatais JiuSan, Sinograin e Chinatex (Cofco), as multinacionais Bunge, Cargill e Dreyfus, e as privadas chinesas Bohai, Hopefull, Xiangchi e SanWei (Gale; Valdes; Ash, 2019).

⁸ No Brasil, a empresa também opera nos mercados de milho, café, algodão e açúcar e etanol.

⁹ Para análises detalhadas sobre diferentes aspectos dos investimentos diretos estrangeiros chineses no agronegócio brasileiro, ver Wilkinson, Wesz Jr. e Lopane (2016), Oliveira (2017), Escher, Wilkinson e Pereira (2018) e Escher e Wilkinson (2019). Esses investimentos incluem, até o final de 2019, operações em compras de terra (CNADC, CGG, GPI e Universal Timber) e em diversos outros ramos, como sementes e insumos (Anhui Longping High-Tech Seeds, Tide Group, ChemChina e CITIC), tabaco (CTIB), processamento e/ou exportação de grãos (Cofco e Pengxin/Hunan Dakang) e máquinas agroindustriais (Pingle).

trução de um novo terminal portuário em Miritituba no Pará pela Cianport/Hunan Dakang, os acordos assinados pela China Railway Construction Corporation (CRCC) com a Camargo Correa e os governos de Mato Grosso e do Pará, a compra de 80 % da empreiteira Concremat e a construção do porto de São Luís do Maranhão pela China Communications Construction Company (CCCC), além de diversos anúncios das duas últimas e da China Railway Corporation (CRC) sobre seu interesse em participar dos projetos nas ferrovias Ferrogrão, Norte-Sul, Integração Oeste-Leste, Trans-Nordestina e, principalmente, Bioceânica (Aguiar, 2017; Escher; Wilkinson; Pereira, 2018; Garcia, 2018). Em relação às finanças, grandes bancos como Bank of China (BoC), Industrial and Commercial Bank of China (ICBC), China Construction Bank (CCB) e Bank of Communications (BoCom) estabeleceram subsidiárias ou adquiriram bancos médios no Brasil. Eles têm realizado empréstimos importantes em operações de exportação-importação agrícola entre os dois países e fornecem informações estratégicas para agronegócios chineses que buscam investimentos no Brasil, sinalizando o início de acordos de *swap* de moeda. Por enquanto, porém, tanto nas infraestruturas quanto nas finanças relacionadas aos agronegócios, os resultados têm ficado aquém das expectativas (ou mesmo dos temores) de muitos, principalmente em comparação a outros setores como energia e petróleo, em que o Brasil recebeu grandes investimentos de origem chinesa (Oliveira, 2018).

Apesar dessas expectativas ainda não concretizadas dos investimentos diretos estrangeiros chineses no agro brasileiro e das incertezas relacionadas às consequências da crise do Coronavírus mundo afora, da peste suína na China e da guerra comercial entre Estados Unidos e China, tudo indica que o complexo soja-carne Brasil-China deve se fortalecer e tornar-se vital para o novo regime alimentar emergente. Diferentes instituições¹⁰ projetam que o consumo e as importações de soja da China crescerão nos próximos anos, mas em um ritmo mais lento do que na década anterior, sobretudo por causa da retração do PIB chinês em 2020 em decorrência da Covid-19 e da desaceleração da sua taxa de crescimento para um nível não superior a 5 % ao ano.

É provável que a China deseje reduzir sua dependência dos Estados Unidos, mesmo que as tarifas de 25 % sobre as importações de soja venham a ser abolidas no futuro (Fuchs et al., 2019). No curto prazo, os Estados Unidos tentam compensar as perdas dos seus agricultores com subsídios e redirecionar parte das exportações de soja para outros mercados, mas a ten-

¹⁰ O USDA (2020) apresenta projeções para o período 2020-2029, o MARA (2020) para o período 2019-2028 e o Rabobank (2020) para o período 2019-2024.

dência de médio prazo é de redução do nível de produção de soja e sua substituição por cultivos de milho e trigo (Gale; Valdes; Ash, 2019).

Diante das tensões geopolíticas com os Estados Unidos e do desconforto diplomático com o Brasil, seus principais fornecedores, a China tem perseguido múltiplas estratégias para diminuir a dependência das importações de soja. A ampliação das relações de comércio e investimento em agricultura com a Argentina vem nessa direção. A diversificação de suas fontes de fornecimento para países como Rússia, Cazaquistão e Ucrânia, também. No futuro, quem sabe até alguns países da África possam assumir um papel mais relevante. O governo chinês igualmente enfatiza a importância de aumentar a produção nacional de soja. Apesar do nível de consumo de carne ter aumentado nas últimas décadas, observam-se novas tendências de consumo, como o aumento do vegetarianismo, do veganismo e do flexitarianismo. Xi Jinping pessoalmente lidera campanhas pela redução do desperdício de alimentos. Da mesma forma, é de se esperar que a China assuma progressivamente um maior protagonismo na agenda ambiental global. Além disso, o governo e as empresas chinesas vêm investindo pesado em inovações nas indústrias de sementes, rações, carnes e biotecnologias, à procura de novas soluções tecnológicas (Wilkinson; Escher; Garcia, 2022).

Todas essas medidas devem impactar no sentido de uma redução relativa da demanda chinesa e de uma diminuição da sua dependência em relação ao Brasil e aos Estados Unidos. É previsível, porém, que a China continuará precisando da soja brasileira pelos próximos anos e que o Brasil continuará aumentando sua produção e exportações de soja, carnes e outros produtos para a China, sendo seguido por outros países do Cone Sul. Nesse cenário, e inevitável que, para além das relações de mercado e comércio bilateral, as cadeias de valor vinculadas ao complexo soja-carne venham a ser cada vez mais integradas sob o controle de empresas chinesas, acirrando as contradições econômicas, sociais e ambientais existentes e tornando ainda mais urgente que o Brasil articule uma estratégia adequada para lidar com os desafios que ora se impõem.

Desenvolvimento rural: o significado da Estratégia de Revitalização Rural da China

No início de cada ano, o Comitê Central do PCC e o Conselho de Estado lançam um Documento Central de Política Pública Nº 1 (*zhongyang yihao wenjian*) para definir prioridades e diretrizes para seu trabalho naquele ano. Desde que as reformas começaram, por cinco anos consecutivos (1982-

1986), os Documentos Centrais N°1 priorizaram questões rurais e agrícolas. Nas duas décadas seguintes, porém, essas questões foram excluídas das prioridades políticas definidas nos Documentos N° 1, os quais passaram a privilegiar basicamente questões urbanas e industriais.

A partir de 2003, contudo, os temas rurais e agrícolas voltaram para ficar, figurando como assunto prioritário nos Documentos N° 1 por 19 anos consecutivos, incluindo 2021, como evidencia o Quadro 1, abaixo.

Quadro 1

Documentos de Política N° 1 do Governo Central da RPC, 2003-2020

2003	Implementar a Reforma Tributária Rural
2004	Promover o Crescimento da Renda dos Camponeses
2005	Aumentar a Capacidade Geral de Produção Agrícola
2006	Promover a Construção de um Novo Campo Socialista
2007	Priorizar o Desenvolvimento de uma Agricultura Moderna
2008	Realçar a Infraestrutura Rural e Investir Mais na Agricultura, no Campo e nos Camponeses
2009	Promover a Estabilidade da Agricultura e Aumentar a Renda dos Camponeses
2010	Integrar o Desenvolvimento Urbano e Rural, Fortalecer a Agricultura e Beneficiar os Camponeses
2011	Acelerar a Reforma Rural e o Desenvolvimento do Sistema de Irrigação e Conservação da Água
2012	Promover a Inovação Tecnológica na Agricultura e Fortalecer a Oferta de Produtos Agrícolas
2013	Promover a Agricultura Moderna e Aumentar o Apoio ao Desenvolvimento Rural
2014	Aprofundar a Reforma Rural e a Modernização da Agricultura de Maneira Abrangente
2015	Acelerar a Reforma Rural e Inovação e Modernização da Agricultura
2016	Colocar Novas Ideias em Prática e Acelerar a Modernização da Agricultura
2017	Aprofundar a Reforma Rural do Lado da Oferta e Criar Novos Motores do Desenvolvimento Rural
2018	Delinear um Roteiro para a Estratégia de Revitalização Rural em Três Passos
2019	Priorizar a Garantia do Desenvolvimento da Agricultura e das Áreas Rurais
2020	Alcançar a Eliminação da Pobreza e Melhorar os Elos Fracos Rurais
2021	Acelerar a Modernização da Agricultura e das Áreas Rurais

Fonte: elaboração dos autores com informações do Mara (2020).

A partir de meados da década de 1990, a China enfrentou uma crise agrária, que passou a ser referida nos debates intelectuais e na política pública oficial com o termo “*sannong wenti*” – os três problemas agrários. Desde que a temática agrária foi reintroduzida aos Documentos Nº 1, em 2003, houve um movimento progressivo de reformas fiscais, tributárias e administrativas que culminou na abolição das taxas e impostos rurais, em 2006, pondo fim ao “fardo camponês” existente desde a fundação da República Popular da China e uma reminiscência de dois mil anos antes disso.

A preocupação com a necessidade de melhorar a renda dos camponeses e a produtividade da agricultura vai ganhando força. Em 2006, o presidente Hu Jintao, estabelece o programa *Construindo um Novo Campo Socialista* (CNCS), que inclui investimentos públicos na construção de infraestruturas e serviços rurais (educação, saúde, estradas, água e energia) e a montagem inicial de um sistema de seguridade social que garanta condições mínimas de vida para a população rural (alimentos, roupas, moradia, tratamento médico e despesas de sepultamento). Essa estratégia estava diretamente associada às proposições de uma perspectiva científica do desenvolvimento e da construção de uma sociedade harmoniosa.

Todavia, a despeito dessa política bastante abrangente de desenvolvimento rural, assim como o governo de Hu Jintao, o de Xi Jinping tem privilegiado um processo mais estrito de modernização agrícola, apoiado em transferências de terra e consolidação de unidades maiores com produção em escala, intensivas em tecnologia e capital e integradas ao mercado e ao agronegócio pelas empresas cabeça de dragão (Zhang; Oya; Ye, 2015; Day; Schneider, 2018; Zhan, 2020).

Entre 2017 e 2018, o PCC aparentemente ensaia uma mudança de rumo, anunciando a *Estratégia de Revitalização Rural* (ERR). Embora ainda enfatize a importância de grandes unidades, da produção em escala e do uso de tecnologias, a nova diretiva reconhece a necessidade de, ao mesmo tempo, integrar as pequenas unidades camponesas à agricultura moderna e proteger os seus direitos contra as expropriações de terra promovidas pelo setor imobiliário e contra a concentração da produção, da renda e da riqueza pelo agronegócio, muitas vezes em associação direta com os governos locais (Zhan, 2020).

A premissa por trás desse movimento pendular na política agrária já estava presente na visão de Hu Jintao, segundo a qual, a China havia ultrapassado o estágio em que a agricultura suportava a indústria e adentrado um novo estágio em que a indústria deveria suportar a agricultura a fim de alcançar um desenvolvimento coordenado entre o urbano e o rural. Xi

Jinping é ainda mais contundente, ao propor superar o “viés urbano” do modelo de desenvolvimento chinês, em que as grandes cidades e a industrialização eram estimuladas em detrimento das áreas rurais, do setor agrícola e do consumo dos camponeses, e promover a “sinergia rural-urbano com um viés rural”.

Em termos discursivos, a ERR de Xi Jinping atualiza o CNCS de Hu Jintao frente as contradições da “nova era”, simbolizando a sua assinatura na política de desenvolvimento rural chinesa, assim como é o caso da BRI na política externa. Em termos práticos, os objetivos expressos da ERR são: incentivar os pequenos agricultores familiares a se envolverem na agricultura moderna, integrar os setores primário, secundário e terciário nas áreas rurais e melhorar o sistema de assistência técnica e extensão agrícola; apoiar a sustentabilidade ambiental, preservar a cultura rural e melhorar o modelo de governança rural; garantir a estabilidade dos contratos via sistema de responsabilidade familiar e melhorar a separação dos direitos de propriedade, uso e operação das terras rurais contratadas; promover a formação de novos tipos de agricultores e talentos profissionais, eliminar a pobreza e elevar os padrões básicos de vida da população rural (Ye, J., 2019).

Captar o significado da ERR não é tarefa trivial, especialmente diante da ambiguidade institucional da política agrária do Estado chinês, que, por um lado, promove uma modernização da agricultura com base nas transferências de terra e na expansão do agronegócio e, por outro, uma dinâmica de desenvolvimento rural com base na agricultura camponesa e nas cooperativas rurais. Um fator-chave, segundo Sit e colegas (2018), é que, assim como as antigas dinastias que implementaram políticas de redistribuição de terras e isenção de impostos geralmente conseguiram manter a estabilidade por mais tempo, o custo de uma crise macroeconômica sempre foi transferido para os camponeses, a agricultura e as áreas rurais (*sannong*). Caso contrário, grandes reformas fiscais e econômicas foram necessárias, geralmente acompanhadas de mudanças traumáticas nas alianças de poder. Isso significa que a *sannong*, ao mesmo tempo que exerce pressões, também serve como amortecedor de instabilidades e crises. Por isso, na conjuntura atual, marcada pela difícil transição do modelo econômico interno e um contexto externo adverso, a ERR é crucial para a operação eficaz desse mecanismo.

Desse modo, entender essas reversões políticas requer analisar os interesses em disputa frente a esse mecanismo econômico operado pela *sannong*. Para tanto, Zhan (2020) identifica os principais campos que surgiram nos debates sobre a questão agrária recente e seus graus variados de influência política. Da mesma forma, Jingzhong Ye (2019) esmiuça as teses teóricas que

justificam as posições defendidas por esses três campos, especificamente em relação à Estratégia de Revitalização Rural.

O primeiro campo é o dos neoliberais, formado basicamente por economistas neoclássicos ou adeptos da teoria dos custos de transação. Quando surgiu, nos anos 1990, esse grupo exerceu notável impacto nas políticas do governo, mas tem perdido espaço desde a crise de 2008. Nessa visão, a produtividade total dos fatores e a competitividade da agricultura seriam otimizadas pela alocação eficiente dos recursos escassos propiciada por direitos de propriedade privada sobre a terra, que destarte poderia ser usada como garantia na tomada de empréstimos. Esse campo advoga a privatização da terra para que os moradores possam vender ou hipotecar suas propriedades e migrar para as cidades, permitindo fluxos desimpedidos de capital para o campo e de trabalho para as áreas urbanas. O rural, portanto, não é enxergado como um espaço de vida e de trabalho para os camponeses, mas como um espaço econômico para a expansão das empresas de agronegócio e da agricultura de larga escala em moldes capitalistas.

O segundo campo é o dos campesinistas, que congrega intelectuais e ativistas da Nova Esquerda, do NMRR e das redes alimentares alternativas, com algum sucesso em influenciar as políticas públicas. Suas referências teóricas variam de Chayanov e Polanyi à Teoria do Sistema-Mundo e ideias pós-estruturalistas. Esse campo defende a combinação semiproletária, pluriativa ou multifuncional de agricultura camponesa com direito à terra garantido e trabalhadores migrantes com empregos urbanos decentes. Isso assegura a estabilidade rural e, ao mesmo tempo, cria uma força de trabalho industrial barata que dá competitividade global à economia chinesa. Há dissensões internas sobre se as unidades agrícolas grandes ou pequenas usariam a terra de maneira mais ou menos eficiente, uma que a outra, e, portanto, se as transferências de terra são necessariamente negativas ou podem desempenhar um papel positivo sob certas condições. Mas é consensual que a terra não deve ser tratada como mercadoria e que os agronegócios prejudicam os meios de subsistência dos camponeses, tornando-os mais vulneráveis. A solução seria a integração vertical da agricultura camponesa via cooperativas para aumentar seu poder de barganha no mercado, o que demandaria uma política pública coerente e resoluta por parte do Estado. Além disso, enfatiza a importância da comunidade, da cultura rural, da ecologia e da governança democrática para a construção de uma sociedade próspera, justa e civilizada.

O terceiro campo é o que predomina entre os *policymakers* e pode ser caracterizado como desenvolvimentista. Em princípio, sua fonte teórica básica é o marxismo oficial do PCC, mas sua visão guarda proximidade com

a teoria da modernização, o etapismo de Rostow e o dualismo estrutural de Lewis. Para esse campo, é fundamental organizar a produção agrícola em larga escala, uma vez que unidades pequenas e dispersas são incapazes de absorver tecnologia e capital, estando fadadas à baixa produtividade e à pobreza. Entretanto, são cautelosos ao pressionar por esse processo, pois sabem que a agricultura em pequena escala ainda é vital para a subsistência de milhões de camponeses e que muitos trabalhadores migrantes não encontrariam emprego decente na cidade. Também defendem a propriedade coletiva, para evitar que o governo perca o controle sobre o processo de modernização agrícola, e a financeirização dos direitos de uso da terra. Não se trata de um campo dogmático, pois o recurso ao jargão marxista, em geral, visa justificar pragmaticamente decisões tomadas de acordo com as imposições da realidade e interesses conflitantes, sempre buscando manter a estabilidade social e o poder do partido-Estado.

Em artigo publicado antes do lançamento da ERR, Day e Schneider (2018) argumentaram que a orientação pró-modernização-urbanização do governo e o processo de mudança agrária capitalista que emergiu por volta de 2008 estariam fechando as oportunidades do projeto pró-camponês imaginado no início da década. Zhan (2020), por sua vez, sustenta que, frente às atuais reversões políticas, o futuro do desenvolvimento rural está aberto, mas será determinado pelo resultado dos conflitos e negociações entre atores diversos: governo central, governos locais, camponeses, trabalhadores migrantes, agricultura capitalista, empresas de agronegócio e investidores urbanos.

O que pode acontecer ou qual cenário predominará? Em se tratando de China, é difícil afirmar. Mas o cenário mais otimista, desejado pelos desenvolvimentistas, ainda que um tanto improvável, é o de que a economia urbana será capaz de empregar a maioria dos moradores deslocados do campo e que os poucos que permanecerem vão se profissionalizar e obter uma boa renda. No segundo cenário, a maioria dos camponeses continuaria no campo com seu direito à terra, mas presos a uma condição de relativa pobreza, com sua renda espremida pelas empresas do agronegócio. O terceiro cenário, em que a consolidação do capitalismo agrário e das expropriações de terra em larga escala leva a uma estrutura social segmentada e hierárquica, formada por elite gerencial, agricultores capitalistas, assalariados agrícolas, agricultores integrados e pobres sem terra, parece ser cada vez mais plausível. O quarto cenário seria o da coexistência de um agronegócio corporativo articulado à agricultura capitalista e de uma agricultura familiar produtora regular de alimentos, produtos de maior valor agregado, pequenos negócios, *e-commerce*, agroturismo e outras atividades não agrícolas, incluindo traba-

lho assalariado nas cidades. O quinto cenário, também o mais pessimista, seria o de avanço da concentração na agricultura, deslocando a maioria dos moradores rurais para uma economia urbana incapaz de absorver o excesso de força de trabalho, dando origem a uma enorme classe de pobres urbanos amplamente marginalizados.

Estudiosos como Jingzhong Ye e Shaohua Zhan acreditam que a situação mais pessimista é improvável em futuro próximo. Zhan (2020) busca corroborar essa posição mencionando um documento oficial de 2018, o qual assevera que a “realidade básica da China” por muitos anos será ter uma grande parte da sua população no meio rural. Outro documento de 2019, também mencionado, diz que “a família camponesa é a unidade básica da produção agrícola e desempenha uma série de papéis positivos, como apoiar o PCC, estabilizar a sociedade rural, gerar emprego, proteger o ambiente e preservar cultura rural.” (Zhan, 2020, p. 128)

Ao fim e ao cabo, é possível que todos esses cenários possam ser encontrados no nível local, em diferentes partes da China, a depender das especificidades regionais. Contudo, neste momento, o quarto cenário é provavelmente o mais representativo da realidade nacional. Apesar da aliança do Estado chinês com o grande agronegócio, visando sustentar altas taxas de crescimento econômico, o modelo de desenvolvimento baseado na coexistência talvez seja incapaz de fornecer meios de subsistência seguros para a maioria da população rural. Nesse caso, abre-se uma brecha para o projeto camponês, se ele for capaz de abrir espaços e influenciar os rumos da ERR junto ao campo desenvolvimentista, que, apesar de dominante, possui limitações no seu arco de ação. Para isso, é preciso que o campo neoliberal seja definitivamente desacreditado e deslegitimado, especialmente junto aos dirigentes políticos, o que não está dado.

Desafios e perspectivas para o Brasil e a América do Sul frente à China: o que fazer?

No rescaldo da crise financeira global de 2008, os governos progressistas de esquerda e centro-esquerda da América do Sul começaram a, paulatinamente, perder momento, dando lugar a governos conservadores de direita e extrema-direita em vários países da região.¹¹ O fenômeno da “maré rosa” esteve, em larga medida, associado à insatisfação de amplos segmentos da

¹¹ As mudanças de governo ocorridas no Paraguai, Brasil, Equador e Bolívia são, por muitos, qualificadas como golpes; na Venezuela, a tentativa de golpe fracassou; e no Chile, Uruguai e

população desses países com as consequências das políticas neoliberais implementadas desde a década de 1990 e as oportunidades abertas pelo *boom* das *commodities* no início da década de 2000, puxado principalmente pela enorme demanda chinesa por energia, matérias-primas e alimentos, que acabou tendo como efeito a alta dos preços dos produtos primários e baseados em recursos naturais.

Se a China favoreceu a emergência dos modelos econômicos “extrativistas” que deram sustentação à *pink tide*, em parte, foi também por conta da desaceleração da economia chinesa, a partir de 2012, com a redução da demanda por *commodities*, que diminuíram as taxas de crescimento dos países sul-americanos, encolhendo simultaneamente o espaço fiscal de seus governos para continuar fazendo as bem-sucedidas políticas sociais e distributivas.¹² O caso do Brasil é emblemático nesse sentido, pois a ascensão de Lula ao poder coincide com o *boom* das *commodities* e o seu ocaso, mediante o golpe parlamentar que levou ao *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, dá-se em um contexto de crise e restrições das exportações de produtos primários para a China.

Nos governos petistas de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016),¹³ o Estado promoveu um projeto denominado “neodesenvolvimentista”, mediando um compromisso entre a grande burguesia interna (bancos nacionais, construção civil, indústria de transformação, mineração, agronegócios etc.) como fração hegemônica no bloco no poder e a classe trabalhadora, a baixa classe média e amplos segmentos populares como base de apoio. Durante esse período, o Brasil experimentou uma trajetória de crescimento econômico moderado, a taxas maiores do que a média durante os governos “neoliberais” de Cardoso (1994-2002), e um processo de redução da pobreza e aumento do nível de renda na base da população. Além do cenário externo favorável, essa trajetória se explica pelo dinamismo do mercado interno, impulsionado pela queda do desemprego e a elevação da ocupação formal, o

Argentina, as mudanças de governo se deram dentro da normalidade democrática, com retorno da esquerda no último.

¹² Sobre o auge e declínio dos governos da *pink tide*, ver os dossiês editados por Kay e Vergara-Camus (2017) e por Ellner (2019). E, sobre a evolução do modelo “neoextrativista” nos países sul-americanos, ver Gerber (2020), Evans (2020), Ye, Ploeg, Schneider e Shanin (2019) e Gudyas (2011).

¹³ A interpretação apresentada nos próximos parágrafos ampara-se em Boito Jr. (2018), Boito Jr. e Berringer (2014) e Reis e Berringer (2018). Para uma visão geral e abrangente dos principais debates e controvérsias em torno do processo de ascensão e queda dos governos do PT, ver o dossiê duplo da revista *Latin American Perspectives*, editado por Saad-Filho, Grigera e Colombi (2020, 2020a).

aumento do salário-mínimo, as políticas sociais e de transferência de renda e a expansão do crédito ao consumidor.

Apesar da política macroeconômica similar à anterior (superávit primário, metas de inflação e câmbio flexível), houve uma retomada do papel do Estado na economia, através do fortalecimento de empresas estatais como a Petrobrás e da elevação do orçamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para financiar empresas privadas (as “campeãs nacionais”) e apoiar sua internacionalização, esforços esses somados a medidas anticíclicas e desonerações fiscais para manter a demanda agregada, além de tentativas de reduzir a taxa básica de juros e os *spreads* bancários e desvalorizar a taxa de câmbio entre 2011 e 2013.

Os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) também patrocinaram uma política externa “ativa e altiva”, com foco estratégico prioritário na integração econômica e política da América do Sul (Mercosul e Unasul)¹⁴ e no fortalecimento das relações Sul-Sul, principalmente com os Brics (Brasil, Rússia, China, Índia e África do Sul) e a África (Moçambique e Angola etc.), sem, contudo, deixar de manter relações normais com Estados Unidos, Europa e Japão. No entanto, por uma série de razões, parte importante da burguesia interna abandonou o projeto neodesenvolvimentista, e o compromisso de classes que o sustentava foi rompido com o “golpe de 2016”, através do *impeachment* que derrubou Dilma Rousseff.

Em face desse processo traumático, o projeto político neoliberal retornou ao comando do Estado, com uma agenda de austeridade fiscal, privatização de empresas e serviços públicos e desmonte de direitos sociais, sustentado pela grande burguesia associada aos interesses do capital transnacional. Esse projeto ressurgiu durante o governo Temer (2016-2018) e consolidou-se com Bolsonaro (2019-2022). Junto com a agenda econômica neoliberal, o governo Bolsonaro vem promovendo pautas conservadoras e reacionárias, sendo, por vezes, caracterizado como “populista autoritário” (Borras, 2020) e, até, “neofascista” (Boito Jr., 2020).

A política externa do governo Bolsonaro, por sua vez, dá continuidade à de Temer e rompe totalmente com a de Lula e Dilma, rejeitando qualquer pretensão de autonomia e desenvolvimento, liderança na integração sul-americana, defesa do multilateralismo, promoção das relações Sul-Sul e cons-

¹⁴ Em meio a controvérsias acerca da Venezuela e divergências sobre o caráter político da Unasul, Colômbia, Peru, Equador, Chile, Argentina e Brasil suspenderam sua participação, restando Uruguai, Guiana, Bolívia, Suriname e Venezuela como membros ativos. O presidente brasileiro Jair Bolsonaro propõe constituir o Fórum para o Progresso da América do Sul (Prosul) em substituição à Unasul.

trução de uma ordem multipolar. A sua principal diretriz internacional foi, até a vitória de Joe Biden, o alinhamento cego à política externa do governo Trump, subordinando-se aos interesses norte-americanos sob a justificativa da atração de investimentos externos e invocando um discurso ideológico que mistura culturalismo religioso, nacionalismo rasteiro e teorias conspiratórias no combate a ameaças imaginárias como “comunismo”, “marxismo cultural” e “globalismo” (Vidigal, 2019).

Para além dos devaneios ideológicos do governo Bolsonaro, estudos e evidências indicam que o Brasil vem experimentando um conjunto contraditório de impactos associados ao assim chamado “efeito China” no contexto sul-americano.¹⁵ Em primeiro lugar, os impactos diretos, referentes aos fluxos bilaterais de comércio e investimento entre os dois países. Desde 2009, a China é o principal parceiro comercial do Brasil. As exportações brasileiras para a China são compostas majoritariamente de produtos primários e intensivos em recursos naturais, com baixos níveis de valor agregado (principalmente soja, minério de ferro e petróleo bruto), enquanto as importações brasileiras da China são predominantemente produtos manufaturados de alta, média e baixa intensidade tecnológica com níveis bastante elevados de valor agregado (principalmente máquinas, equipamentos e eletrônicos). A balança comercial bilateral tem se mantido favorável para o Brasil, com sistemáticos superávits em produtos primários e déficits em manufaturas. Guardadas as variações e especificidades, padrões semelhantes em termos de fluxos comerciais e perfis tecnológicos são verificados na maioria dos países da América do Sul em relação à China, mas com muitos apresentando déficits totais persistentes.¹⁶

Complementarmente aos padrões de comércio, também é crescente a importância dos investimentos diretos da China na América Latina. Em particular no Cone Sul, sobretudo após 2008, esses investimentos têm buscado garantir o suprimento de matérias-primas e recursos naturais (energia, minerais e produtos agroalimentares), bem como promover as exportações de

¹⁵ Escher, Schneider e Ye (2018) caracterizam o “efeito China” no Brasil, no contexto sul-americano, como uma conjunção de impactos diretos, impactos indiretos e consequências estruturais, com base numa revisão seletiva dos dados e da literatura relevante até 2015. A bibliografia mais recente confirma e atualiza essa avaliação. Ver Hiratuka (2019, 2018, 2016), Menezes e Bragatti (2020) e Rodrigues e Moura (2019).

¹⁶ A China é a primeira fonte das importações de Brasil, Bolívia, Chile, Peru e Uruguai e a segunda de Argentina, Colômbia, Equador, Paraguai e Venezuela, enquanto é o primeiro destino das exportações de Brasil, Chile e Peru, o segundo de Argentina e Uruguai, e está entre os cinco primeiros dos demais. Em todos os casos, predominam exportações de *commodities* e importações de manufaturas (Hiratuka, 2018).

seus produtos industriais e capitais excedentes. Em todos os países da região predominam investimentos *brownfield* (fusões e aquisições) em comparação aos *greenfield* (novas capacidades), tendo as empresas estatais um peso maior do que as empresas privadas.

Mas, enquanto na maioria dos países os investimentos chineses se restringem ao setor primário e, em menor medida, às infraestruturas, no Brasil observa-se uma evolução distinta, que reflete o maior nível de diversificação e complexidade da sua economia. Até 2010 esses investimentos estiveram concentrados nos setores de petróleo, gás e minerais metálicos, além de agronegócios. Nos anos seguintes, entram nos setores de energia elétrica, telecomunicações e infraestrutura. Mais recentemente, avançam também nos setores de bens de capital, automotivo e eletrônicos. Os bancos chineses igualmente estão cada vez mais presentes nos mercados financeiros do Brasil e da região, seja através do estabelecimento de subsidiárias ou da compra de bancos locais menores.

Em segundo lugar, os impactos indiretos, ligados à melhoria dos seus termos de troca e à competição em terceiros mercados. As reformas “neoliberais” iniciadas no governo Collor e consolidadas nos governos Cardoso – liberalização comercial, desregulação financeira, privatizações, abertura da conta capital, redução de tarifas e eliminação da maior parte das barreiras não tarifárias e, especialmente, a Lei Kandir – deram origem a uma tendência recorrente de apreciação crônica da taxa de câmbio real. Essa tendência se aprofundou durante os governos “neodesenvolvimentistas” do PT, associada principalmente ao diferencial entre as taxas de juros doméstica e internacional (as primeiras comparativamente mais altas, atraindo capitais de curto prazo) e à melhoria dos termos de troca (razão entre os níveis de preços das exportações e das importações), levando muitos economistas a diagnosticarem que a economia brasileira vem sendo acometida por uma espécie de “doença holandesa” e que o real parece se comportar como uma “*commodity currency*”.¹⁷

Nesse quadro, as exportações brasileiras de produtos manufaturados têm sido ameaçadas pela crescente competição das exportações da China em terceiros mercados (Demeulemeester, 2012; Pereira, 2015; Hiratuka, 2016; Iedi, 2019). Um estudo (Pereira, 2015) identificou os produtos coincidentes

¹⁷ Para revisões competentes desse debate, ver Mafra e Silva (2017) e Branco (2016). Conforme Rodrigues e Moura (2019), embora outras economias sul-americanas também apresentem ciclos de apreciação cambial concomitantes à intensificação das exportações primárias para a China, as suas especificidades não permitem fazer generalizações a respeito com base na tendência observada no Brasil.

do Brasil e da China nas pautas de importação de países ou regiões selecionadas e calculou os percentuais de perdas (ou ganhos) de participação do Brasil nesses mercados, estimando o quanto dessas perdas é atribuído à China. O trabalho mostra que, entre 2008 e 2013, o Brasil apresentou perdas de 22 % nas exportações de produtos coincidentes com a China para a América do Sul e 17 % para os Estados Unidos, mercados que importam majoritariamente manufaturas, e de 2 % para a Europa, que importa principalmente *commodities*. As participações da China nessas perdas durante o período foram de 38 %, 30 % e 14,5 %, respectivamente.

Em terceiro lugar, estão as consequências estruturais de longo alcance. Além da “reprimarização” da pauta exportadora (composta em quase 50 % por produtos básicos), a economia brasileira enfrenta um processo caracterizado como “desindustrialização precoce”, evidente na diminuição sistemática da participação da indústria de transformação no produto (de 33 % em 1980 para 16 % em 2010 e 12 % em 2017) e no emprego total (de 21 % em 1994 para 18 % em 2010 e 10 % em 2017).¹⁸ Essa especialização regressiva se reflete na crescente perda de complexidade da economia brasileira, inibindo sua capacidade de investir, inovar, criar encadeamentos tecnológicos e gerar empregos de qualidade.¹⁹ A percepção de que o Brasil está se desindustrializando é reforçada pelo padrão do comércio bilateral Brasil-China, que, apesar dos termos de troca conjunturalmente favoráveis, parece estar reproduzindo, num novo contexto, a velha estrutura centro-periferia tão criticada pelos clássicos da Cepal.

Esse processo tem levado muitos analistas a tratarem das relações do Brasil e dos demais países latino-americanos com a China como uma nova “situação de dependência”. A justificativa, segundo os estudiosos, é que as economias latino-americanas estão voltando a usar as vantagens comparativas dos seus recursos naturais como mecanismo de inserção na economia da China, que está se tornando cada vez mais globalizada.²⁰ A presença chinesa na região acaba afetando a posição estratégica do Brasil na construção de uma ordem multipolar a partir da integração sul-americana. O Mercado Comum do Sul (Mercosul), o Fundo para a Convergência Estrutural (Focem), o

¹⁸ Dados do IBGE (2020). Hiratuka e Sarti (2017), Lelis, Cunha e Linck (2019) e Nassif e Castilho (2020), entre outros, analisam as principais controvérsias e nuances em torno desse debate.

¹⁹ Entre 1998 e 2018, o Brasil cai da 23ª para a 39ª posição no *ranking* de complexidade econômica, com seu índice de complexidade econômica (ECI) passando de 0,72 para 0,62, enquanto o ECI do Japão, que ocupa a 1ª posição no *ranking*, passa de 1,95 para 2,17 no mesmo período, o ECI dos Estados Unidos, que cai da 6ª para a 9ª posição, passa de 1,75 para 1,57, e o ECI da China, que sobe da 59ª para a 30ª posição, passa de -0,23 para 0,89 (OEC, 2020).

²⁰ Ver, entre outros, Stallings (2020), Rodrigues e Moura (2019) e Bernal-Meza (2019).

Conselho Sul-americano de Infraestrutura e Planejamento (Cosi-Plan) e o Conselho de Segurança Sul-americana (CSD) poderiam ser espaços institucionais importantes de atração de investimentos externos. Mas a China não tem estabelecido acordos multilaterais com blocos econômicos de países, o que acaba levando cada país a se relacionar de forma particular com os chineses. Invariavelmente, todos os países são confrontados com o poder de compra e o tamanho da China, o que, se não assusta, pelo menos inibe.²¹

No momento atual, o Brasil encontra-se econômica, política e moralmente fragilizado para desempenhar um papel de maior protagonismo internacional e se posicionar de modo diferente em relação à China. Não obstante, à luz dos acontecimentos recentes e dos debates suscitados pela organização deste livro, acreditamos que pelo menos três temas requerem atenção especial na elaboração de uma visão estratégica de longo prazo da relação entre Brasil e China no que tange às questões rurais e agroalimentares.

Um tema que gera grandes expectativas se refere aos investimentos chineses em infraestruturas no Brasil e na América do Sul. Há largo consenso na percepção de que as infraestruturas da região estão defasadas em relação ao Leste Asiático. Estima-se que os investimentos anuais precisariam mais do que dobrar para alcançar 5 % do PIB ao ano (Silva, 2019). O Brasil investe em média apenas 2 % ao ano e o seu estoque de infraestrutura corresponde a 36 % do PIB, muito abaixo do 60 % considerado necessário para promover sua universalização (Paiva; Lins; Ferreira, 2019). Assim, a oferta de crédito e financiamento pelos bancos chineses e a participação de empresas da China nos leilões de concessões, parcerias público-privadas e privatizações em áreas nas quais tenham *expertise*, tecnologia e eficiência de custos (transportes e logística, TICs e banda larga, saúde, eletricidade e energia renovável, habitação e saneamento etc.) são vistas como muito atraentes e oportunas (Arbache; Maia, 2019; Pires, 2019; Werner, 2019).

Wang Yi, ministro das Relações Exteriores da RPC, já afirmou que a América Latina é uma “extensão natural” da Rota Marítima da Seda e um “participante indispensável” na construção da BRI. Em 2015, foi criado o Fórum China-Celac e, em 2017, o Fundo China-Brasil de Cooperação para a Capacitação Produtiva (FBC), coordenado pela Secretaria de Assuntos Internacionais (Seain) do Ministério do Planejamento e o China-LAC Industrial Cooperation Investment Fund Co., Ltd. (Claifund), com aporte previsto de US\$ 20 bilhões. Até agora, entretanto, não houve desembolsos substanciais de recursos para projetos diretamente vinculados a BRI

²¹ Para discussões nessa direção, ver Hiratuka (2016), Medeiros (2011) e Fiori (2010).

na América do Sul, mesmo porque Brasil, Colômbia e Paraguai não são membros oficiais da iniciativa.²² A construção de infraestruturas na América Latina em geral, e na América do Sul em particular, faz parte de uma estratégia de longo prazo da China. Mas essa inclusão tênue e limitada dos países da região na BRI pode estar relacionada à sua percepção de risco de que os investimentos possam falhar por conta de possíveis críticas associadas a impactos socioambientais, de resistências políticas nos países destinatários, de que os empréstimos não sejam reembolsados ou os investimentos não deem o retorno esperado. Outro risco potencial é o de que grandes projetos de infraestrutura na região a serem feitos pela China e vinculados à BRI possam ser vistos como provocações geopolíticas contra os Estados Unidos, que ainda considera a América Latina como seu próprio “quintal” (Oliveira; Myers, 2020; Aguiar, 2017; Garcia, 2018; Paiva; Lins; Ferreira, 2019).

O caso da Ferrovia Bioceânica, o mais ambicioso megaprojeto no âmbito da BRI na América do Sul, que conectaria o Atlântico e o Pacífico através do Brasil e do Peru, é ilustrativo das complexidades sociotécnicas e das disputas de interesses envolvidas. Os custos de transporte das exportações brasileiras para a China reduziriam, pelo tempo de viagem menor e a evitação do Canal do Panamá. Mas a enormidade dos desafios econômico-financeiros, dos impactos socioambientais e das dificuldades de coordenação de interesses entre os países (os benefícios para Peru não são tão claros como para o Brasil) deve inviabilizar sua realização em um único projeto, embora trechos menores possam vir a ser construídos (Hiratuka, 2018; Silva, 2019). Outro exemplo é o projeto da Ferrogrão, que conectaria o eixo norte-sul do Mato Grosso até os novos portos fluviais de Itaituba/Miritituba no rio Tapajós, no Pará, de onde as *commodities* poderiam ser deslocadas por barcaças até os portos de águas profundas na foz do rio Amazonas. Não por acaso, grandes produtores e *traders* transnacionais presentes na região, como as ABCD e, principalmente, a estatal chinesa Cofco, tendem a favorecer a Ferrogrão em detrimento da Bioceânica (Oliveira; Myers, 2020; Aguiar, 2017).

O problema crucial é que falta ao Brasil e aos demais países sul-americanos uma estratégia clara e de longo prazo para a expansão das infraestruturas, que possa se conformar à BRI de modo a articular melhor os interesses chineses com os interesses gerais das suas empresas, trabalhadores e sociedade como um todo. Sem isso, o caminho não será outro senão o aprofundamento do modelo primário-exportador e a incapacidade de aproveitar a parceria com a China para viabilizar projetos que proporcionem

²² A Argentina aderiu à BRI recentemente, enquanto este capítulo era escrito.

serviços de qualidade, aumento da produtividade, geração de empregos, condições de trabalho dignas, adensamento das cadeias produtivas, agregação de valor e inovação tecnológica. As instituições políticas e financeiras existentes, como a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban), a Cúpula dos Brics e o Fórum China-Celac, o Novo Banco de Desenvolvimento dos Brics (NDB), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o BNDES, assim como os próprios projetos prioritários para potencializar a infraestrutura e a conectividade da região, definidos no plano da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (Iirsa/Cosiplan), já conteriam as bases para tal estratégia.

Para evitar contestações das elites hegemônicas nacionais e internacionais, as ações abrangidas pela BRI na região poderiam ser articuladas em consonância com os consensos multilaterais estabelecidos, tais como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. No entanto, é preciso responsabilidade e comprometimento das ditas elites dos países sul-americanos, bem como pressão dos atores da sociedade civil para que essas ações sejam compreendidas e aplicadas como políticas de “Estado” e não apenas de “governo”, de modo que sua concretização não fique à mercê das agendas eleitorais e das instabilidades políticas que marcam a história da região (Hiratuka, 2018; Pires, 2019).

O segundo tema é o ambiental, recentemente alçado ao centro das polêmicas entre governo, cientistas, investidores e sociedade civil no Brasil, que tem provocado fortes repercussões no cenário internacional. A maior repercussão está relacionada ao aumento do desmatamento e das queimadas na Amazônia. Em julho de 2019, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) divulgou que foram derrubados 6,8 mil km² de floresta na Amazônia, um crescimento de 88 % no desmatamento em relação a julho de 2018. Mas, ao invés de anunciar medidas de controle e combate ao desmatamento, o presidente Jair Bolsonaro anunciou a exoneração do diretor Inpe, o físico Eduardo Galvão. Entre janeiro e outubro de 2019, o Inpe também contabilizou mais de 160 mil focos de incêndio florestal no país, um aumento de 45 % em relação ao mesmo período de 2018, chegando a ser de 84 % em agosto de 2019. A floresta amazônica sozinha registrou quase 60 mil focos de incêndios no período, mais de 60 % deles no mês de agosto. No dia 10 de agosto de 2019, inclusive, o município de Novo Progresso (PA) foi palco de um evento batizado de “Dia do Fogo”, organizado por fazendeiros, empresários, advogados e pessoas ligadas ao setor agropecuário para chamar atenção e demonstrar apoio ao presidente e à política ambiental do ex-mi-

nistro Ricardo Salles (Pontes, 2020). Em julho de 2020, foram divulgados os novos dados de desmatamento da floresta amazônica, que alcançou 9,2 mil km², uma taxa de crescimento de 35 % em relação ao ano anterior (Escobar, 2020). Dias depois, o governo foi surpreendido com uma carta assinada por 29 fundos e instituições financeiras, que gerenciam mais de US\$ 3,7 trilhões em ativos, demonstrando preocupação e ameaçando retirar investimentos, caso não fossem tomadas medidas efetivas em relação ao desmatamento, à regularização fundiária e aos direitos das populações indígenas. A resposta do governo tem sido insistir em que sua política está correta e que é necessário desfazer opiniões distorcidas sobre a “imagem” do Brasil junto à opinião pública e aos investidores internacionais (Borges, 2020).

Estima-se que mais de 80 % da soja produzida em fazendas onde ocorreu desmatamento ilegal tenha sido exportada – 46 % para a China e 14 % para a Europa (Rajão et al., 2020). Do total das importações chinesas de soja brasileira em 2018, quase um quarto teve origem em Mato Grosso, sendo que 21 % disso pode ter vindo de fazendas com desmatamento ilegal, enquanto cerca de um terço das importações europeias vieram de Mato Grosso, quase 20 % disso de fazendas onde potencialmente ocorreu desmatamento ilegal (Vasconcelos, 2022). Do total de 815 mil propriedades rurais com registro no Cadastro Ambiental Rural (CAR) localizadas nos biomas Amazônia e Cerrado, 15 % foram desmatadas após 2008, metade de forma potencialmente ilegal. Mas, embora apenas 2 % (17.557) delas seja responsável por 62 % (1,47 milhões de ha) de todo esse desmatamento (2 % por 55 % do desmatamento na Amazônia e 2 % por 73 %, no Cerrado), pelo menos 20 % da soja e 17 % das exportações de carne bovina de ambos os biomas para a União Europeia (EU) podem estar contaminados com desmatamento ilegal. O tema ambiental deve adquirir um peso cada vez maior em meio às contradições do complexo soja-carne Brasil-China.

O terceiro tema, por fim, está relacionado às possíveis lições que o Brasil poderia aprender a partir da experiência da China acerca de sua estratégia de desenvolvimento rural. Obviamente, qualquer comparação entre Brasil e China que vise extrair lições e sugerir aprendizados no âmbito dos processos rurais e agrários precisa levar em consideração o tamanho e a escala da China *vis-à-vis* o Brasil, especialmente no que se refere aos aspectos demográficos e à forma de acesso à terra, bem como às respectivas diferenças relativas ao regime político e à dinâmica das relações de poder. O ponto em comum entre essas duas questões é que a China parece estar implantando um programa bem-sucedido de transição rural-urbano e, ao mesmo tempo, urbano-rural. O deslocamento populacional planejado através do relaxamento parcial

dos controles do registro residencial (*Hukou*), assim como o estabelecimento do Sistema de Responsabilidade Familiar e o apoio à industrialização rural através das Empresas de Vilas e Aldeias (EVAs) parece ser um mecanismo bem-sucedido de promover o deslocamento de excedentes populacionais rurais, especialmente oriundos de pequenas propriedades camponesas, sem condená-los à precariedade da urbanização marginalizada, como ocorreu – e ainda ocorre – no Brasil e no restante da América Latina. O estabelecimento de ZEEs na China parece seguir outra racionalidade do que a das Zonas Francas no Brasil, sendo as primeiras mais focadas na geração de empregos e as segundas em prover privilégios fiscais a alguns setores produtivos nem sempre estratégicos.

Outro aspecto a ser destacado refere-se à hesitação da China e do Brasil em promover uma estratégia de desenvolvimento que tenha por base o fortalecimento do campesinato e da agricultura familiar. Tanto na China como no Brasil, assim como, de resto, na América Latina, é impensável remover ou eliminar o numeroso campesinato para dar espaço a outras formas de trabalho e ocupação. Em ambos os casos, a agricultura familiar e o campesinato não são “o problema”, mas parte da “solução” para o desenvolvimento rural. O estabelecimento concomitante da BRI e da ERR na China indica que não há por que imaginar que uma exclui a outra. A lição que fica para o Brasil é a de que podemos ter uma agricultura familiar forte, resiliente e capaz de gerar excedentes alimentares e bem-estar social e, ao mesmo tempo, ter uma agricultura que produz para exportar alimentos, fibras e matérias-primas.

Portanto, a ideia de coexistência de modelos e formas de produção, mas com limitação do direito absoluto à propriedade privada da terra e regulação do agronegócio de modo a submetê-lo aos interesses da sociedade como um todo, parece ser algo a considerar e, sobretudo, aprender. O aprendizado de maior alcance que o caso chinês pode deixar, todavia, refere-se à relação entre industrialização e desenvolvimento rural. O modelo de desenvolvimento industrial que a China opera desde 1978 parece sempre ter contado com o suporte de sua enorme massa de trabalhadores que viviam nas regiões rurais. Durante algumas décadas, eles foram, de fato, mão de obra barata para a alavancagem da industrialização. Nas últimas duas décadas, o governo chinês parece ter se dado conta – e por isso passou a apoiar – de que não existe incongruência entre industrialização e desenvolvimento rural. Pelo contrário, a industrialização pode promover e fortalecer o desenvolvimento rural. No Brasil, com exceção de algumas iniciativas de industrialização descentralizadas, como as que ocorreram em Santa Catarina, as políticas do Estado em apoio às indústrias (via incentivos fiscais, por exemplo) parecem caminhar na

contramão do desenvolvimento rural, dado o pressuposto de que a indústria somente pode dar certo nos espaços urbanos. Assim, se quisermos retomar um projeto nacional de desenvolvimento para o Brasil, seria muito oportuno pensarmos em uma estratégia de “revitalização” do nosso espaço rural.

Referências

AGUIAR, D. *A geopolítica de infraestrutura da China na América do Sul: um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazonia brasileira*. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2017.

ARBACHE, J.; MAIA, J. N. B. *O futuro da China e as oportunidades para o Brasil*. Rio de Janeiro: CEBC, 2019.

BELESKY, P.; LAWRENCE, G. Chinese state capitalism and neomercantilism in the contemporary food regime: contradictions, continuity and change. *Journal of Peasant Studies*, v.46, n.6, p. 1119-1141, 2019.

BERNAL-MEZA, R. China y América Latina: el desarrollo de una nueva relación centro-periferia. *Revista do CEAM*, v. 5, n. 1, p. 59-73, 2019.

BOITO JR., A. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. São Paulo: Unicamp, 2018.

BOITO JR., A. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. *Crítica Marxista*, n. 50, p. 111-119, 2020.

BOITO JR., A.; BERRINGER, T. Social classes, neo-developmentalism, and Brazilian foreign policy under presidents Lula and Dilma. *Latin American Perspectives*, n. 41, p. 94-109, 2014.

BOMBARDI, L. M. *Geografia do uso de agrotóxicos no Brasil e conexões com a União Europeia*. São Paulo: FFLCH/USP, 2017.

BORGES, A. Pressionado sobre desmatamento, governo faz carta a investidores. *Economia UOL*, 3 jul. 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/07/03/pressionado-governo-faz-carta-a-investidores.htm>. Acesso em: 5 julho 2021.

BORRAS, S. M. Agrarian social movements: the absurdly difficult but not impossible agenda of defeating right-wing populism and exploring a socialist future. *Journal of Agrarian Change*, v. 20, n. 1, p. 3-36, 2020.

BRANCO, *Rea*, v. 20, n. 1, p. 92-112, 2016.

BROWN, K.; WANG, C. Politics and Science: The case of China and the coronavirus. *Asian Affairs*, v. 51, n. 2, 2020.

CAMPBELL, K. M.; DOSHI, R. The coronavirus could reshape global order: China is maneuvering for international leadership as the United States falters. *Foreign Affairs*, 18 mar. 2020. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/print/1125706>. Acesso em: 5 julho 2021.

- CARNEIRO, F. F. *et al.* (org.). *Dossiê ABRASCO: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde*. São Paulo; Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2015.
- CHAYANOV, A. *A teoria das cooperativas camponesas*. Tradução de Regina Vargas. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2017.
- DAY, A. F.; SCHNEIDER, M. The end of alternatives? Capitalist transformation, rural activism and the politics of possibility in China. *Journal of Peasant Studies*, v. 45, n. 7, p. 1221-1246, 2018.
- DEMEULEMEESTER, J. M. *Ascensão chinesa: uma análise de seus impactos sobre o Brasil*. 2012. Monografia. Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- DOTSON, J. China's other viral crisis: African Swine Fever and the state effort to stabilize pork prices. *The Jameson Foundation*, 16 de Março de 2020. Disponível em: <https://jamestown.org/program/chinas-other-viral-crisis-african-swine-fever-and-the-state-effort-to-stabilize-pork-prices/>. Acesso em: 5 julho 2021.
- DUARTE, F. Coronavírus: as tensões diplomáticas que a pandemia provocou ao redor do mundo. *BBC Brasil*, 12 abr. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52239168>. Acesso em: 5 julho 2021.
- ELLNER, S. (org.). Pink-tide governments: pragmatic and populist responses to challenges from the right. *Latin American Perspectives*, v. 46, n. 1, p. 4-22, 2019.
- ESCHER, F. *Agricultura, alimentação e desenvolvimento rural na China e no Brasil: uma análise institucional comparativa*. Curitiba: Appris, 2020.
- ESCHER, F.; SCHNEIDER, S.; YE, J. The agrifood question and rural development dynamics in Brazil and China: towards a protective “countermovement”. *Globalizations*, v. 15, n. 1, p. 92-113, 2018.
- ESCHER, F.; WILKINSON, J. A economia política do complexo soja-carne Brasil-China. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 57, n. 4, p. 656-678, 2019.
- ESCHER, F.; WILKINSON, J.; PEREIRA, P. Causas e implicações dos investimentos chineses no agronegócio brasileiro. In: JAGUARIBE, A. (org.). *Direction of Chinese global investments: implications for Brazil*. 1. ed. Brasília: FUNAG, 2018. p. 190-228.
- ESCOBAR, H. Desmatamento na Amazônia dispara de novo em 2020. *Jornal da USP*, 7 ago. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/desmatamento-da-amazoniadispara-de-novo-em-2020/>. Acesso em: 5 julho 2021.
- EVANS, P. Polanyi meets Bolsonaro: Reactionary politics and the double movement in twenty-first-century Brazil. *International Sociology*, v. 35, n. 6, p. 1-17, 2020.
- FARES, T. M. The rise of state-transnational capitalism in the Xi Jinping era: A case study of China's international expansion in the soybean commodity chain. *Journal of Development Studies*, v. 35, n. 4, p. 86-106, 2019.
- FIEBRIG, I.; BOMBARDI, L.; NEPOMUCENO, P. Sars-CoV-2, suinocultura intensiva e a agricultura industrializada. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 26 de Maio de 2020. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/sars-cov-2-suinocultura-intensiva-e-a-agricultura-industrializada/>. Acesso em: 5 julho 2021.

FIORI, J. L. O Brasil e seu “entorno estratégico” na primeira década do século XXI. In: SADER, E. (org.). 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo; Rio de Janeiro: Boitempo; Flacso Brasil, 2010. FRIEDMANN, H. (). Agrifood industries and export agriculture: the changing international division of labour. In: FRIEDLAND, W.; BUSCH, L.; BUTTEL, F. (org.). *The new political economy of agriculture*, p. 65-93. Boulder: Westview Press, 1991.

FUCHS, R.; ALEXANDER, P.; BROWN, C.; COSSAR, F.; HENRY, R. C.; ROUNSEVELL, M. Why the US–China trade war spells disaster for the Amazon. *Nature*, v. 567, n. 7.749, p. 451-454, 2019.

GACC – General Administration of Customs People’s Republic of China. *Statistics*. Beijing: GACC, 2020. Disponível em: <http://english.customs.gov.cn/>. Acesso em: 5 julho 2021.

GALE, F., VALDES, C.; ASH, M. *Interdependence of China, United States, and Brazil in Soybean Trade*. OCS-19F-01. Washington: USDA Economic Research Service, 2019.

GARCIA, A. S. *Investimentos da China no Brasil, África do Sul e Índia: arranjos institucionais, atores e impactos*. 1. ed. Rio de Janeiro: Action Aid, 2018.

GERBER, J-F. Degrowth and critical agrarian studies. *Journal of Peasant Studies*, v. 47, n. 2, p. 235-264, 2020.

GUDYNAS, E. Buen Vivir: germinando alternativas al desarrollo. *América Latina en movimiento*, n. 462 (fev.). Quito, 2011.

GUPPY, D. The future of China’s economic engagement. *China Daily*, 24 abr. 2020. Disponível em: <https://www.chinadaily.com.cn/a/202004/24/WS5ea28240a310a8b2411516bf.html>. Acesso em: 5 julho 2021.

HAAS, R. The pandemic will accelerate history rather than reshape it: Not every crisis is a turning point. *Foreign Affairs*, 7 abr. 2020. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/print/node/1125883>. Acesso em: 5 julho 2021.

HE, B. The domestic politics of the Belt and Road Initiative and its implications. *Journal of Contemporary China*, v. 28, n. 116, p. 180-195, 2019.

HEER, J. The New Cold War in Asia is born from desperation. *The Nation*, 11 maio 2020. Disponível em: <https://www.thenation.com/article/politics/new-cold-war-asia/>. Acesso em: 5 julho 2021.

HIRATUKA, C. Chinese OFDI in Brazil: trends and impacts, 2000-2017. In: PETERS, H. D. (org.). *China’s foreign direct investment in Latin America and the Caribbean*. Mexico: UNAM, 2019. p.167-188.

HIRATUKA, C. Changes in the Chinese development strategy after the global crisis and its impacts in Latin America. *Revista de Economía Contemporánea*, v. 22, n. 1, p. 1-25, 2018.

HIRATUKA, C. Impactos de China sobre el proceso de integración regional de Mercosur. In: PETERS, E. D. (org.). *La nueva relación comercial de América Latina y el Caribe con China. ¿Integración o desintegración regional?* México: RedalC-China; Unión de Universidades de América Latina y el Caribe, 2016. p.195-244.

- HIRATUKA, C.; SARTI, F. Transformações na estrutura produtiva, desindustrialização e desenvolvimento industrial no Brasil. *Revista de Economia Política*, v. 37, n. 1, p. 189-207, 2017.
- HOLBIG, H. China after reform: the ideological, constitutional, and organisational makings of a new era. *Journal of Current Chinese Affairs*, v. 47, n. 3, p. 187-207, 2018.
- HUANG, J.; WEI, W.; CUI, Q. ; XIE, W. The prospects for China's food security and imports: Will China starve the world via imports? *Journal of Integrative Agriculture*, v.16, n. 12, p. 2933–2944, 2017.
- HUANG, P. C. C. The three models of China's agricultural development: strengths and weaknesses of the administrative, laissez faire, and co-op approaches. *Rural China*, v. 14, p. 488-527, 2016.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Contas Nacionais*. Brasília: IBGE, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 5 julho 2021.
- IBAÑEZ, P. Geopolítica e diplomacia em tempos de COVID-19: Brasil e China no limiar de um contencioso. *Espaço e Economia*, n. 18, 2020. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/13257>. Acesso em: 5 julho 2021.
- IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial. Ameaça chinesa e posição brasileira na exportação de produtos dinâmicos. *Carta IEDI*, n. 900, p. 1-28, 2019.
- KAY, C.; VERGARA-CAMUS, L. (org.). Peasants, agribusiness, left-wing governments, and neo-developmentalism in Latin America: exploring the contradictions. *Journal of Agrarian Change*, v. 17, n. 2, 2017.
- LEI, Z. *The political economy of China's Belt and Road Initiative*. New Jersey: World Scientific, 2018.
- LELIS, M. T. C.; CUNHA, A. M.; LINCK, P. O choque nos preços das *commodities* e a economia brasileira nos anos 2000. *Revista de Economia Política*, v. 39, n. 3, p. 427-448, 2019.
- LI, X. (org.). *Mapping China's "One Belt, One Road" initiative*. Cham: Palgrave Macmillan, 2019.
- MAFRA, R. F.; SILVA, J. A. Doença holandesa e desindustrialização no Brasil: de volta a um país primário-exportador? *Revista Pesquisa & Debate*, v. 28, n. 2, p. 52-74, 2017.
- MARA - Ministry of Agriculture and Rural Affairs. *China Agricultural Outlook (2019-2028)*. Beijing: China Agricultural Science and Technology Press, 2020.
- MARA - Ministry of Agriculture and Rural Affairs. *Policy interpretation*. Beijing: MARA, 2020. Disponível em: <http://english.agri.gov.cn/governmentaffairs/pi/>. Acesso em: 5 julho 2021.
- MENEZES, R. G.; BRAGATTI, M. C. Dragon in the “backyard”: China's investment and trade in Latin America in the context of crisis. *Revista de Economia Política*, v. 40, n. 3, p. 446-461, 2020.
- McCARTHY, S.; CHEN, S. Bat virus? Bioweapon? What science says about Covid-19 origins. *South China Morning Post*, 11 de Abril de 2020. Disponível em: <https://www>.

scmp.com/news/china/society/article/3079391/bat-virus-bioweapon-what-science-says-about-covid-19-origins. Acesso em: 5 julho 2021.

McKAY, B.; FRADEJAS, A. A.; BRENT, Z.; SAUER, S.; XU, Y. China and Latin America: towards a new consensus of resource control. *Third World Thematics*, v. 1, n. 5, p. 592-611, 2017.

McMICHAEL, P. Does China “going out” strategy prefigure a new food regime? *Journal of Peasant Studies*, v. 47, n.1, p. 116-154, 2020.

MEDEIROS, C. A. A dinâmica da integração produtiva Asiática e os desafios a integração produtiva no Mercosul. *Análise Econômica*, v. 29, n. 55, p. 7-32, 2011.

NASSIF, A.; CASTILHO, M. Trade patterns in a globalised world: Brazil as a case of regressive specialization. *Cambridge Journal of Economics*, v. 44, n. 3, p. 671-701, 2020.

NOGUEIRA, I.; QI, H. The state and domestic capitalists in China’s economic transition: from great compromise to strained alliance. *Critical Asian Studies*, v. 51, n. 4, p. 558-578, 2019.

OECD - Observatory of Economic Complexity. *Ranking*. Cambridge: Harvard, 2020.

OLIVEIRA, G. L. T. Chinese finance for Brazilian agribusiness and infrastructure: early signs of a new era? 6th International Conference of the BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies. *Anais*,, Brasília, Brazil, 2018.

OLIVEIRA, G. L. T. *The south-south question: transforming Brazil-China agroindustrial partnerships*. PhD Dissertation (Geography), University of California, Berkeley, 2017.

OLIVEIRA, G. L. T.; MYERS, M. The tenuous co-production of China’s Belt and Road Initiative in Brazil and Latin America. *Journal of Contemporary China*, v. 30, n. 169, p. 481-499, 2020.

OLIVEIRA, G. L. T.; SCHNEIDER, M. The politics of flexing soybeans: China, Brazil and global agroindustrial restructuring. *Journal of Peasant Studies*, v. 43, n. 1, p. 167-194, 2016.

PAIVA, M. C.; LINS, C.; FERREIRA, G. *Brasil-China: o estado da relação, Belt and Road e lições para o futuro*. Rio de Janeiro: CEBRI, 2019.

PEREIRA, L. B. V. As perdas nas exportações brasileiras para a China. *Conjuntura Econômica*, v. 69, n. 1, p. 62-64, 2015.

PIRES, M. C. A Iniciativa Cinturão e Rota: suas derivações políticas, econômicas e culturais e seus vínculos com o futuro da América Latina. *Mundo e Desenvolvimento*, v. 1, n. 2, p. 81-102, 2019.

PLOEG, J. D.; YE, J. *China’s peasant agriculture and rural society*. London: Routledge, 2016.

PONTES, N. Um ano após o “dia do fogo”, Amazonia segue em chamas. *Deutsche Welle*, 10 ago. 2020. Disponível em: <https://p.dw.com/p/3gkww>. Acesso em: 5 julho 2021.

RABOBANK. *China food & agribusiness monthly-update on coronavirus*. Amsterdam: RaboResearch Food & Agribusiness, 2020. Disponível em: https://research.rabobank.com/pesproxy/download/2534236_Rabobank_China_FA_Monthly_CoronavirusUpdate_May2020.pdf. Acesso em: 5 julho 2021.

RAJAO, R.; SOARES-FILHO, B.; NUNES, F.; BORNER, J.; MACHADO, L.; ASSIS, D.; OLIVEIRA, A.; PINTO, L.; RIBEIRO, V.; RAUSCH, L.; GIBBS, H.; FIGUEIRA, D. The rotten apples of Brazil's agribusiness: Brazil's inability to tackle illegal deforestation puts the future of its agribusiness at risk. *Science*, v. 369, n. 6.501, p. 246-248, 2020.

REIS, C. F. B.; BERRINGER, T. Inserção externa decadente e estrutura produtiva dependente. In: Associação Keynesiana Brasileira – AKB. *Dossiê V da AKB – O Brasil pós-recessão: das origens da crise às perspectivas e desafios futuros*. Sao Paulo: AKB, 2018.

RIBEIRO, V. L. A China e a pandemia de Covid-19: das medidas de contenção à estratégia global. *Carta Maior*, 31 de março de 2020. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editorial/Pelo-Mundo/A-China-e-a-pandemia-do-Covid-19-das-medidas-de-contencao-a-estrategia-global/6/46992>. Acesso em: 5 julho 2021.

RODRIGUES, B. S.; MOURA, R. S. De la ilusión de las *commodities* a la especialización regresiva: América del Sur, China y la nueva etapa de la dependencia en el siglo XXI. *Papel Político*, v. 24, n. 2, p. 1-27, 2019.

SAAD-FILHO, A.; GRIGERA, J.; COLOMBI, A. P. The nature of the PT governments: a variety of neoliberalism? Part 1. *Latin American Perspectives*, v. 47, n. 1, 2020.

SAAD-FILHO, A.; GRIGERA, J.; COLOMBI, A. P. The nature of the PT governments: a variety of neoliberalism? Part 2. *Latin American Perspectives*, v. 47, n. 2, 2020a.

SCHNEIDER, M. Developing the meat grab. *Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 4, p. 613-633, 2014.

SCMP REPORTERS. What is the US-China trade war? How it started and what is inside the phase one deal. *South China Morning Post*, 13 abr. 2020. Disponível em: <https://www.scmp.com/print/economy/china-economy/article/3078745/what-uschina-trade-war-how-it-started-and-what-inside-phase>. Acesso em: 5 julho 2021.

SILVA, M. Reflexões sobre a iniciativa OBOR na América Latina e sua ajuda à superação na deficiência em infraestrutura econômica na região. *Mundo e Desenvolvimento*, v. 1, n. 2, p. 52-80, 2019.

SIT, T.; QIU, J.; YAN, X.; EREBUS, W.; WEN, T. Rural communities and economic crises in modern China. *Monthly Review*, v. 70, n. 4, 2018.

STALLINGS, B. *Dependency in the twenty-first century?* The political economy of China-Latin America relations. Cambridge: Cambridge University, 2020.

TONCHEV, P. The Belt and Road after Covid-19. *The Diplomat*, 13 abr. 2020. Disponível em: <https://thediplomat.com/2020/04/the-belt-and-road-after-covid-19/>. Acesso em: 5 julho 2021.

USDA – United States Department of Agriculture. *USDA Agricultural Projections to 2029*. Washington: USDA, 2020.

VADELL, J. De la globalización a la interconectividad: reconfiguración espacial en la iniciativa Belt & Road y implicaciones para el Sur Global. *Revista Transporte y Territorio*, n. 21, p. 44-68, 2019.

VASCONCELOS, A. *Uncovering the deforestation and climate risks of Chinese and EU soy and beef imports from South America*. Washington: Wilson Center, 2022.

- VIDIGAL, C. A. Bolsonaro e a reorientação da política exterior brasileira. *Meridiano*, v. 20, n. 47, p. 1-16, 2019.
- WALLACE, R.; LIEBMAN, A.; CHAVES, L. F.; WALLACE, R. Covid-19 and circuits of capital. *Monthly Review*, v. 72, n. 1, 2020.
- WEIS, T. The meat of the global food crisis. *Journal of Peasant Studies*, v. 40, n. 1, p. 65-85, 2013.
- WERNER, D. Rodadas de neoliberalização, provisão de infraestruturas e “efeito China” no Brasil pós-1990. *EURE*, v. 46, n. 139, p. 143-162, 2019.
- WILKINSON, J.; ESCHER, F.; GARCIA, A. S. The Brazil-China nexus in agrofood: What is at stake in the future of the animal protein sector. *International Quarterly for Asian Studies*, v. 53, n. 2, p. 251-277, 2022.
- WILKINSON, J.; WESZ JR., V. J.; LOPANE, A. R. M. Brazil and China: the agribusiness connection in the Southern Cone context. *Third World Thematics*, v. 1, n. 56, p. 726-745, 2016
- XU, Z. The development of capitalist agriculture in China. *Review of Radical Political Economics*, v. 49, n. 4, p. 591-598, 2017.
- YAO, Y. The New Cold War. *Reading the China Dream*, 18 maio 2020. Disponível em: <https://www.readingthechinadream.com/yao-yang-the-new-cold-war.html>. Acesso em: 5 julho 2021.
- YE, M. Fragmentation and mobilization: domestic politics of the Belt and Road Initiative in China. *Journal of Contemporary China*, v. 28, n. 119, p. 696-711, 2019.
- YE, J. *Theorizing Rural Vitalization strategy: a multi-dimensional view*. International Seminar on Rural Vitalization, Beijing, maio 2019.
- YE, J., VAN DER PLOEG, J. D., SCHNEIDER, S., & SHANIN, T. The incursions of extractivism: Moving from dispersed places to global capitalism. *The Journal of Peasant Studies*, v. 47, n. 1, p. 155-183, 2019.
- ZHAN, S. The land question in 21st century China: four camps and five scenarios. *New Left Review*, n. 122, p. 115-133, 2020.
- ZHANG, J. Beyond the “hidden agricultural revolution” and “China’s overseas land investment”: main trends in China’s agriculture and food sector. *Journal of Contemporary China*, v. 28, n. 119, p. 746-762, 2019.
- ZHANG, Q. F.; OYA, C.; YE, J. Bringing agriculture back in: The central place of agrarian change in rural China studies. *Journal of Agrarian Change*, v. 15, n. 3, p. 299-313, 2015.
- ZHAO, S. Whither the China model: revisiting the debate. *Journal of Contemporary China*, v.26, n.103, p.1-17, 2017.